



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Vinicius de Castro Valadares

**ANÁLISE DO IMPACTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE O PRODUTO
BRASILEIRO**

Mariana

2018

Vinicius de Castro Valadares

**ANÁLISE DO IMPACTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL SOBRE O PRODUTO
BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Ouro
Preto como parte dos requisitos para a
obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientador: Prof. Me. Lucas Assis Attílio.

Mariana

DEECO/ICSA/UFOP

2018

Catálogo na fonte elaborada pelo bibliotecário: Essevalter de Sousa - CRB6a. 1407

V136a Valadares, Vinicius de Castro
Análise do Impacto da Previdência Social Sobre o Produto
Brasileiro [recurso eletrônico] : Vinicius de Castro
Valadares.-Mariana, MG, 2018.
1 CD-ROM; (4 3/4 pol.).

TCC (graduação em Economia) - Universidade Federal
de Ouro Preto, Mariana, 2017

1. Produto interno bruto - Teses. 2. MEM. 3. Previdência
social - Brasil - Teses. 4. Monografia. 5. Política
econômica - Teses. 6. Investimentos - Teses. I. Attílio,
Luccas Assis. II. Universidade Federal de Ouro Preto
- Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento
de Ciências Econômicas. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 351.84(81)
: 15
: 1419636

Vinicius de Castro Valadares
Curso de Ciências Econômicas - UFOP

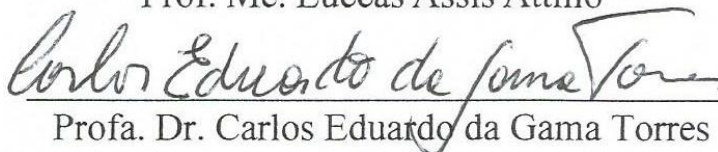
Análise do Impacto da Previdência Social Sobre o Produto Brasileiro

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Prof. Me. Luccas Assis Attílio

Banca Examinadora:



Prof. Me. Luccas Assis Attílio



Prof. Dr. Carlos Eduardo da Gama Torres



Francisco Horácio Pereira de Oliveira

Mariana, 31 de janeiro de
2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me abençoar com saúde e fé, para que eu pudesse chegar até este momento e não desistir. Ao meu pai Mauro, por ter me ajudado e incentivado por toda a sua vida, sempre lutando para que eu obtivesse todas oportunidades possíveis em minha formação profissional. A minha mãe Marta, sempre atenciosa e amiga. A toda minha família, que sempre se fez presente.

Agradeço também aos meus amigos de João Monlevade e Mariana pelo companheirismo, seja para comemorar as vitórias e os bons momentos, seja para dar conforto e apoio nos momentos difíceis. Agradeço em especial a República Insônia, lar que me acolheu por 4 anos, onde fiz amizades que certamente durarão para a vida inteira.

Agradeço a Universidade Federal de Ouro Preto, por todo o conhecimento acadêmico e pessoal adquirido neste tempo de graduação. Em especial, agradeço ao meu orientador, professor Luccas Assis, por todo aprendizado e por sempre ser tão solícito quando precisei. Ao tutor do Programa de Educação Tutorial (PET), do qual fiz parte por 2 anos, professor Francisco Horácio, por todos os conselhos e por fazer com que os alunos acreditem mais em si sempre.

RESUMO

A previdência brasileira continua a ser um problema pertinente, por dentre muitas questões, o seu equilíbrio atuarial e sustentável a longo prazo. Este trabalho tem por objetivo examinar a previdência social brasileira e os seus impactos no crescimento do produto, através de uma revisão da literatura sobre o assunto e dados sobre as contas públicas do país. Utilizamos o modelo de Solow (1956) para construir uma função e aplica-lo no caso brasileiro. Por meio do VEC, obtemos relações de longo prazo entre o produto/previdência e produto/investimento. Os resultados indicam que o gasto com a previdência e o investimento (formação bruta de capital físico) impulsionam o crescimento econômico no país. À partir da análise das contas públicas, porém, há a observação de que o gasto com previdência não deve ser expandido para incentivar o crescimento do produto, diante da situação atual, já que o gasto despendido com benefícios como aposentadorias, seguros e pensões representam uma vertiginosa ascensão nos últimos anos e ano após ano ocupam uma maior parcela do PIB brasileiro. Além disso, a previdência apresenta déficits correntes desde 1995. Por outro lado, o fator investimento em capital físico se apresentou menor do que países em desenvolvimento como o Brasil, o que, se fosse priorizado pelo governo, poderia representar notável variável para alavancar a economia.

Palavras chave: previdência, produto, gasto público.

ABSTRACT

Brazilian pensions continue to be a relevant problem, among many issues, its long-term actuarial and sustainable balance. This paper aims to examine Brazilian social security and its impacts on product growth, through a review of the literature on the subject and data on the country's public accounts. We use the Solow model (1956) to construct a function and apply it in the Brazilian case. Through the VEC, we obtain long-term relationships between the product / pension and product / investment. The results indicate that spending on welfare and investment (gross physical capital formation) boosts economic growth in the country. From the analysis of the public accounts, however, there is the observation that the pension expenditure should not be expanded to encourage product growth, given the current situation, since the expenditure spent on benefits such as pensions, insurance and pensions represents a in recent years and year after year occupy a larger share of the Brazilian GDP. In addition, pension funds have had current deficits since 1995. On the other hand, the capital investment factor was lower than developing countries such as Brazil, which, if prioritized by the government, could represent a notable variable to leverage the economy.

Key words: welfare, product, public spending.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo 1: Economia Brasileira e Gastos com a Previdência.....	4
1.1 Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC).....	4
1.2 Governo Luiz Inácio Lula da Silva (Lula).....	11
1.3 Governo Dilma Vana Rousseff.....	18
1.4 Crescimento Econômico e Gasto Previdenciário: 1995- 2016.....	23
Capítulo 2: Contas do Governo e A Evolução Demográfica Brasileira.....	27
2.1 Análise (1995-2016).....	27
2.1.1 Resultado Primário/PIB.....	27
2.1.2 Dívida Pública/PIB.....	28
2.1.3 Gasto com Previdência/PIB.....	29
2.1.4 Proporção de Idosos na População Total.....	31
2.2 PEC do Teto dos Gastos (PEC 241)	33
Capítulo 3: Modelo Econométrico.....	36
3.1 Discussão de Trabalhos.....	36
3.2 Modelo de Solow.....	41
3.3 Metodologia.....	44
3.4 Resultados.....	46
Conclusão.....	50
Referências Bibliográficas.....	52

INTRODUÇÃO

A discussão sobre como manter a previdência social sustentável e em equilíbrio atuarial ao longo do tempo se faz como um importante debate, principalmente à partir da última década, no cenário econômico e social brasileiro. Há muitos anos o governo entende o problema em potencial que o desequilíbrio atuarial da previdência pode causar no país, entretanto, somente em meados dos anos 90, quando o problema realmente acabou sendo convertido em déficits na conta da previdência, o Poder Executivo se propôs a alterar as regras do regime de pensões e aposentadorias.

Desde então, a previdência social brasileira passou por mudanças e, ainda assim, apresenta uma forte elevação no número de benefícios, que aumentam os gastos ano a ano e representam, cada vez mais, uma parcela importante do PIB do país. A evolução das despesas com o INSS demonstram que os problemas relacionados a este tendem a se agravar ao longo do tempo, tornando a previdência insustentável, o que pode gerar onerosos custos ao governo e à população, que também necessita dos benefícios que são concedidos em seguros, aposentadorias e pensões.

A grave crise econômica ocorrida nos últimos anos deteriora ainda mais a situação, visto que tem afetado o crescimento do país, pressionado a dívida pública e dificultado o ajuste fiscal proposto. Portanto, há a necessidade de políticas de reformulação da previdência social, para que esta possa se tornar sustentável e capaz de continuar atendendo com suas obrigações.

Sob este quadro, o trabalho presente tem como objetivo contribuir para o debate, analisando o impacto da previdência social e seus efeitos sobre o crescimento econômico brasileiro. Além disso, propomos também examinar a aplicabilidade do modelo de Solow (1956) na realidade brasileira. Visamos sintetizar a trajetória do gasto previdenciário em diferentes governos e as medidas tomadas para contenção do mesmo.

Para efetuar essa tarefa, utilizamos gráficos e dados que elucidam a situação econômica do Brasil entre os anos de 1995 a 2016, bem como a proporção da dívida pública/PIB, variação do produto, taxa de inflação, saldo da balança comercial, taxa de juros, gasto com a previdência e sua proporção relacionada ao PIB.

Através destes dados, estimamos o modelo sob a metodologia de correção de erros (VEC), aplicado entre 1996-2016, e assim fizemos testes de raiz unitária, critérios de informação, Johansen e estimativas da cointegração, obtendo assim os resultados da regressão.

A regressão apresentou que há relação positiva entre a previdência e o crescimento do PIB. Além disso, a variável formação bruta de capital físico (FBKF) também se mostrou positiva para elevação do produto.

Buscamos também relacionar as contas do governo e da previdência com a fase atual de mudança demográfica brasileira, na qual a população encontra-se em processo de envelhecimento e a taxa de natalidade apresenta tendência decrescente. As projeções indicam que a previdência nos próximos anos terá uma maior demanda em função do processo demográfico. Isto significa que haverá uma maior pressão sobre a razão de dependência demográfica, já que a população idosa tende a aumentar mais do que a população economicamente ativa.

Diante desse cenário, entendemos a relevância da literatura sobre a questão atuarial dos regimes de aposentadoria e pensão, já que, além de uma questão financeira, a previdência social é um dever do Estado. Dessa forma, trata-se, de uma questão social também, especialmente em um país com desigualdades como o Brasil.

A compreensão da situação da conta previdenciária brasileira caracteriza uma grande motivação para este trabalho, assim como a sua relação com o PIB, pois há opiniões divergentes na literatura acerca do papel dos gastos públicos no tocante ao crescimento do produto. Dessa forma, precisamos fazer uma análise cuidadosa, pois embora a previdência seja insustentável no longo prazo, ela é responsável pelo bem estar de parte da população e, como mostra o estudo econométrico, ela auxilia o aumento do PIB.

O capítulo 1 visa examinar a economia brasileira e o gasto da previdência entre os anos de 1995-2016, em que foram presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Vana Rousseff (2011-2016). As seções deste capítulo analisam as contas públicas e as medidas tomadas pelos presidentes para obter êxito no ajuste fiscal.

O capítulo 2 tem como objetivo contextualizar o cenário econômico brasileiro e sua evolução desde 1995 com a atual fase de transição demográfica brasileira, utilizando dados como a proporção de idosos no total da população, expectativa de vida do brasileiro e a projeção observada pelo IBGE para a população até 2050.

O capítulo 3 trata sobre o modelo econométrico utilizado. Primeiramente, fizemos um apanhado da literatura sobre a questão de gastos públicos do governo que são eficientes ou não e qual seu efeito sobre a variação do PIB. Depois, sintetizamos o modelo de Robert Solow (1956), pois acreditamos que este se aplica ao caso brasileiro. Finalmente, esclarecemos a

metodologia utilizada, sendo o modelo VAR e VEC. Após definido o modelo, obtivemos os resultados da estimação na seção 3.4.

Capítulo 1: Economia Brasileira e Gastos Com a Previdência.

1.1 – Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) – (1995- 2002)

Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência da República do Brasil no dia 1º de Janeiro de 1995, após ter sido ministro da Fazenda e chefiado a elaboração do plano Real, que deu credibilidade para que fosse eleito já no primeiro turno das eleições de 1994. O passado recente de planos de estabilização malsucedidos como o Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor 1 (1990) e Collor 2 (1992) demonstravam que o governo enfrentaria uma inflação persistente. Paralelamente a estes fatores, de acordo com Giambiagi (2011, pág. 166), o PIB no quarto semestre de 1994 havia se expandido 11% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que caracterizava um superaquecimento da economia e um risco do crescimento mal administrado vir a preceder outra tentativa de estabilização.

Segundo Giambiagi (2011), os efeitos do Plano Real ao longo do mandato foram capazes de contrariar os Planos que o antecederam, mas ainda em seus primeiros doze meses (Julho 1994 - Julho 1995) a inflação não mostrou sinais de melhora significativa, além das reservas internacionais apresentarem forte queda no período, antes de começar a se recuperar em função da reação oficial.

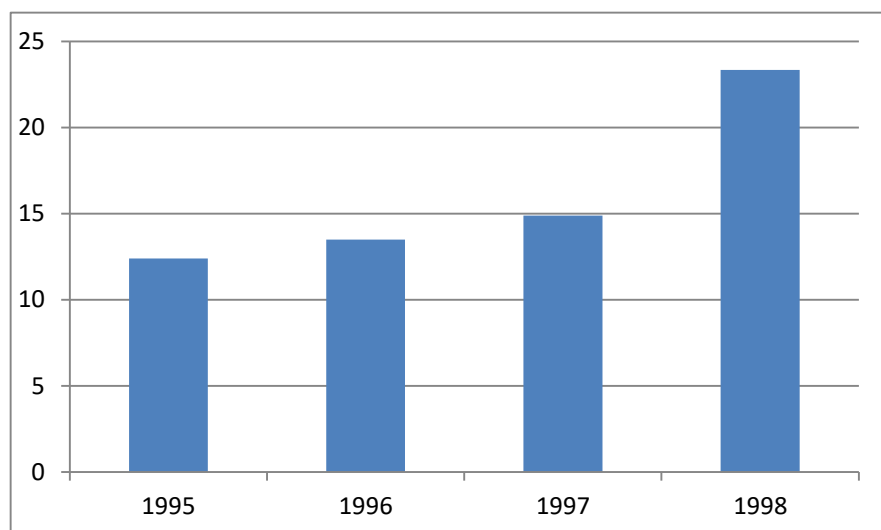
Como diagnóstico do primeiro governo FHC (1995-1998), pode-se afirmar, segundo os gráficos (1) e (2) abaixo, que foi um período marcado por uma desaceleração e queda contínua do Índice de Preços, contrariando os Planos anteriormente citados e afirmando o Plano Real em sua proposta; mas paralelamente a este fato, nota-se uma expansão do desequilíbrio externo e da crise fiscal.

Gráfico 1: INPC x Meses do Ano (1995-1998)



Fonte: IBGE/SNIPC

Gráfico 2: Proporção Dívida Pública/PIB entre 1995-1998 em (%)



Fonte: IPEA, 2017.

Como mostra o gráfico (1), o INPC apresentou forte queda no início do mandato FHC e, posteriormente, manteve-se estabilizado durante o primeiro mandato do presidente. Já de acordo com o gráfico (2), há um aumento expressivo entre a razão dívida pública bruta/PIB, que passou de 12,4% em 1995 para 23,3% em 1998, aumentando o déficit corrente.

“Devido ao aumento das importações e à maior despesa associada ao passivo externo, o déficit em conta corrente— que fora de apenas US\$2 bilhões em 1994 — ultrapassou US\$30 bilhões em 1997. Ao mesmo tempo, a dívida externa líquida — que, depois da crise dos anos de 1980, tinha caído de um máximo de 4,7 vezes as exportações de bens para um mínimo de 2,3 vezes em meados dos anos 90 — voltou a aumentar rapidamente em 1996-1997. Essa relação agravou-se ainda mais em 1998, com a crise internacional que reduziu as exportações brasileiras naquele ano” (Giambiagi, F (2011), Livro Economia Brasileira Contemporânea).

A queda das reservas internacionais marcou então o início do segundo mandato do presidente FHC. Isso pode ser explicado, segundo Giambiagi (2011), através do pessimismo quanto à recuperação do mercado brasileiro naquela época, de tal forma que o mercado acreditava em uma desvalorização cambial iminente por parte do governo, gerando o processo conhecido como “fuga de capitais” por parte dos investidores. Quando Armínio Fraga foi

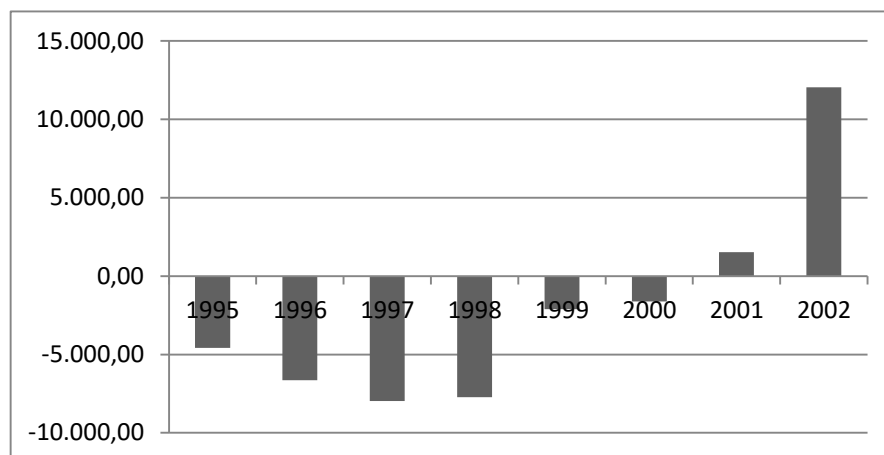
nomeado presidente do Banco Central, algumas mudanças foram capazes de melhorar o cenário econômico brasileiro, tais como o aumento da taxa básica de juros e, pela primeira vez, um estudo foi criado para adotar o sistema de metas de inflação, que havia obtido sucesso em outros países.

A adoção do regime de metas de inflação se deu pelo Decreto 3.088, em 21 de Junho de 1999, como diretriz da política monetária.

No ano de 1999, a expectativa era de um aumento da inflação que seria gerado pela recente sobrevalorização do câmbio, o que de fato não ocorreu. Segundo Giambiagi (2011), isto se deu por alguns motivos, sendo eles: o fato da produção industrial estar passando por uma fase de desaquecimento, o que gerou uma contração da demanda, diminuindo a chance do câmbio afetar diretamente os preços; a política monetária rígida estabelecendo uma taxa básica de juros de 15% a.a; a baixa variação da inflação nos meses de janeiro e fevereiro, capaz de diminuir o temor do aumento de preços; o aumento do salário mínimo nominal em 5% enquanto a inflação era projetada na ordem de 20%; o cumprimento das metas fiscais acertadas com o FMI; e por último, a definição de uma meta de inflação de 8% para 1999, inferior a dois dígitos.

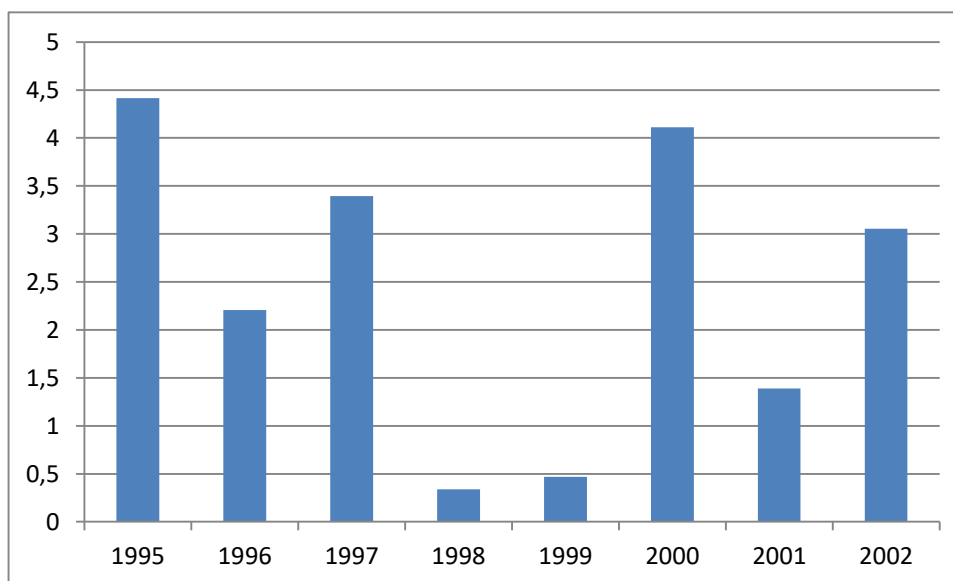
As medidas implantadas em 1999 foram capazes de criar chances para que o Brasil enfrentasse crises marcadas por alta inflação e descontrole fiscal, pois o regime se baseou no “tripé macroeconômico”, o qual diz respeito a política de câmbio flutuante, metas de inflação e ajuste fiscal. O que impossibilitou um maior crescimento aos anos que seguem essa política está ligado a acontecimentos como a crise energética de 2001, a crise da Argentina que afetou grande parte da América Latina e seus mercados e o ataque de 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos, que foi capaz de gerar enorme impacto negativo no cenário econômico mundial. Para atravessar esse período conturbado, o governo brasileiro, necessitando equilibrar o balanço de pagamento, optou por medidas tais como as privatizações, reformas da Previdência Social, aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal e renegociações de dívidas. Sobre o balanço comercial nos anos FHC, o gráfico (3) abaixo mostra o resultado da adoção do regime de câmbio flutuante e das reformas acima pontuadas:

Gráfico 3: Saldo da Balança Comercial do Brasil entre 1995-2002 em US\$ (milhões)



Fonte: Banco Central do Brasil, atualizado em 2017.

Gráfico 4: % de Crescimento do PIB



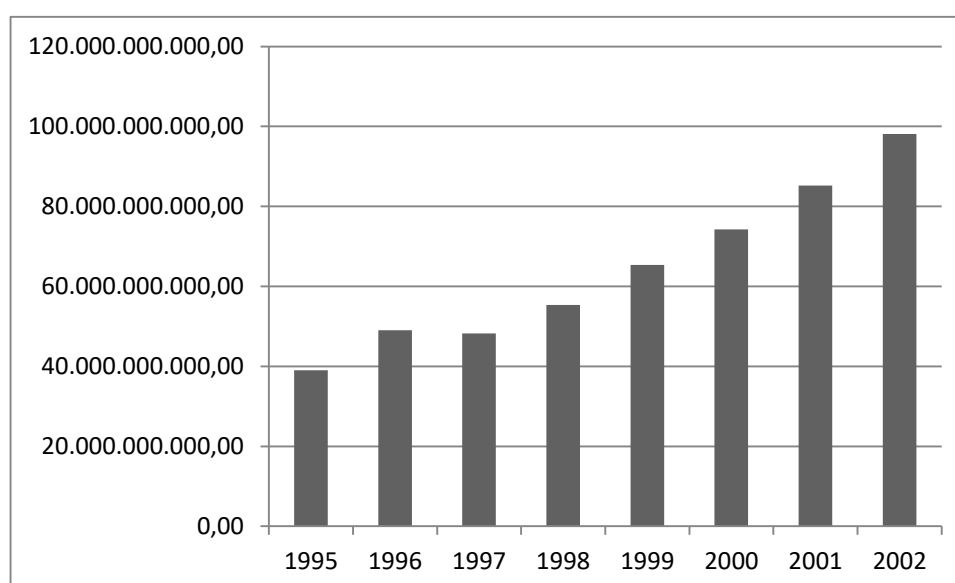
Fonte: Banco Mundial

Através do gráfico (4), é possível inferir que o crescimento do PIB não foi algo estável ao longo dos mandatos do presidente FHC, obtendo uma média de expansão de 2,3% ao ano, além de grandes variações entre um ano para outro, o que para Bacoccina (2007) está atrelado

também ao desempenho da conjuntura econômica mundial, que apresentou expansão média de pouco mais de 3% no período devido a crises econômicas como a do México, da Ásia, da Rússia e posteriormente a Argentina. Há de se frisar que o Brasil enfrentou uma crise energética no segundo mandato FHC, prejudicando assim a produção.

Após um apanhado sobre os anos que seguem sob o mandato de Fernando Henrique Cardoso, nota-se que a política de ajuste fiscal desempenha sua atenção também para o gasto despendido com a Previdência Social, que de acordo com o gráfico abaixo elucida bem a situação do período:

Gráfico 5: Gasto com a Previdência Social em R\$ entre 1995-2002



Fonte: Tesouro Nacional

O gráfico (5) demonstra que o aumento dos gastos esteve bem acima da inflação nos anos em questão, o que evidencia um aumento real.

De acordo com Vasconcelos e Gomes (2012), a evolução das taxas de mortalidade, natalidade e fecundidade a partir de 1950 caracteriza o processo de transição demográfica no Brasil. De uma população predominante jovem em um passado nem tão distante, observa-se, nos dias atuais, um contingente, cada vez mais importante, de pessoas com 60 anos ou mais de idade. Logo, o processo de envelhecimento populacional, juntamente com uma menor taxa de fecundidade provocou uma alteração na pirâmide etária brasileira, gerando um aumento expressivo no saldo de pagamentos da Previdência, que viu seus recursos diminuir drasticamente.

Segundo Ornelas e Vieira (1999), a falta de consciência dos políticos acerca do comportamento da conta previdenciária, fez com que, apenas em 1995, com cerca de 1% de déficits do PIB no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a discussão sobre a necessidade do equilíbrio atuarial da Previdência fosse retomada.

Em dezembro de 1998, a partir da emenda nº 20, alterações no regime Previdenciário foram homologadas na Constituição Federal, sendo alterada principalmente a metodologia do cálculo do salário de benefício do segurado e visando atrair novos trabalhadores do mercado informal. Segundo (Ornelas e Vieira, 1999, pág. 1):

“No Brasil, a evolução do mercado de trabalho tem mostrado o avanço contínuo do setor informal. Em 1982, os trabalhadores com carteira assinada representavam 57% da população ocupada, enquanto em 1998 esse número caiu para 46%. Essa tendência deixa clara a importância de serem criados mecanismos que estimulem os trabalhadores sem carteira assinada a se colocarem sob a proteção do seguro social básico.”

O interesse da reforma estava então ligado a aprimorar o Regime Geral de Previdência Social para adequar as mudanças no mercado de trabalho e a evolução demográfica vigente. As propostas foram: 1) Eliminação da escala do salário-base de contribuição, obrigando as pessoas a contribuírem independente do seu nível de rendimento; 2) Redução dos juros mensais incidentes sobre a indenização do tempo efetivamente trabalhado mas não recolhido a Previdência; 3) Redução de 20% para 11% do valor da contribuição do trabalhador autônomo quando ele prestar serviço a empresas, obtendo o mesmo tratamento do trabalhador com carteira assinada; 4) Extensão do salário-maternidade a todas as trabalhadoras filiadas à previdência; 5) Simplificação das categorias de contribuintes individuais, facilitando o relacionamento com a previdências.

Além dessas modificações que visam atrair trabalhadores informais, a fórmula de cálculo do benefício foi alterada. Dessa forma, seria possível diminuir a desigualdade entre contribuição e benefício. A forma de cálculo antiga utilizava como base o salário apenas dos três últimos anos de contribuição para cálculo da aposentadoria. Com o objetivo de evitar distorções, o cálculo passa a ser medido através de toda vida salarial do trabalhador. Dessa forma, foi fixado o mês de Julho de 1994 como ponto inicial, e a partir daí o cálculo será feito pela diferença entre a data da aposentadoria de cada trabalhador e julho de 1994. A média de contribuição também será baseada nos 80% maiores salários de contribuição. A nova fórmula então estabelecia o novo “fator previdenciário” adicionado a média de todos os salários de contribuição dos segurados. Ainda, o fator previdenciário funciona como um estímulo para que

os trabalhadores permaneçam por mais tempo em atividade, já que o “prêmio” cresce com a permanência.

“É notório que a nova metodologia de cálculo nem elimina o déficit acumulado atual, nem tampouco altera direitos adquiridos de pessoas que já tenham se aposentado. Mas é certo que nas novas aposentadorias começam a existir critérios atuariais, que permitirão maior correlação entre salário de contribuição e salário de benefícios.” (Ornelas, W; Vieira,S(1999). Revista Conjuntura Econômica).

De tal forma, o gráfico 5 acima mostra que as Reformas aprovadas para o RGPS teriam efeito de médio a longo prazo, visto que o gasto público com a Previdência continuou atingindo maiores níveis a cada ano após a aplicação da Lei nº 1527 de 1999.

1.2 – Governo Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) – (2003-2010)

Até o período que antecede a chegada das eleições presidenciais de 2002, o governo brasileiro havia assumido que o discurso da defesa da estabilidade, bem como a contenção fiscal, metas para inflação, superávit primário e o pagamento dos juros da dívida pública (de acordo com os conselhos do FMI) seriam medidas permanentes de grande prioridade para controlar a economia do país e seu problema mais preocupante: a crescente dívida pública. Entretanto, com a proposta de governo do até então candidato Luiz Inácio Lula da Silva e seu partido (PT), o cenário de permanência dessas políticas estaria totalmente incerto, já que em seu discurso também em eleições anteriores Lula e representantes do Partido dos Trabalhadores criticavam veemente o pagamento de juros e a manutenção de um superávit tão alto para seu pagamento e defendiam ideias como a renegociação da dívida externa, moratória dos juros e o aumento dos gastos públicos com a Previdência e outros gastos na margem de 5% do PIB. O que ocorreu de fato durante o ano de 2002 foi uma mudança sem precedentes no discurso promovido pelo PT e por Lula quando, durante a disputa eleitoral, escolheram um novo coordenador do programa de governo, Antônio Palocci, nome de peso pela experiência administrativa. A mensagem que Palocci passava era de que o PT estaria passando por reformulações de ideias e novas perspectivas de governo. Apesar disso, quando foi eleito, Luiz Inácio Lula da Silva ainda era considerado como um agente que causaria ruptura do modelo

econômico vigente, principalmente aos olhos externos, o que trouxe grande instabilidade e, de início, uma crise para o setor econômico do país. De acordo com Giambiagi (2011, pág. 207):

“Os problemas econômicos de 2002 refletiam, em parte, uma crise de confiança associada à incerteza em torno do que ocorreria com a política econômica a partir de 2003, com a posse do novo governo. Três indicadores, ligados entre si, captaram com toda intensidade essa incerteza. Primeiro, o risco-país, medido pelo C-Bonds, atingiu mais de 2000 pontos-base em Outubro de 2002, depois de se encontrar em pouco mais de 700 pontos em Março daquele ano. Segundo, a taxa de câmbio que, em Março de 2002, fechara a R\$/2,32US\$ - mesma cotação de final de 2001 – chegou a R\$/3,89US\$ no final de Setembro, último dia útil antes das eleições. Por último, a expectativa de inflação para 2003 elevou-se dramaticamente a partir de Setembro”

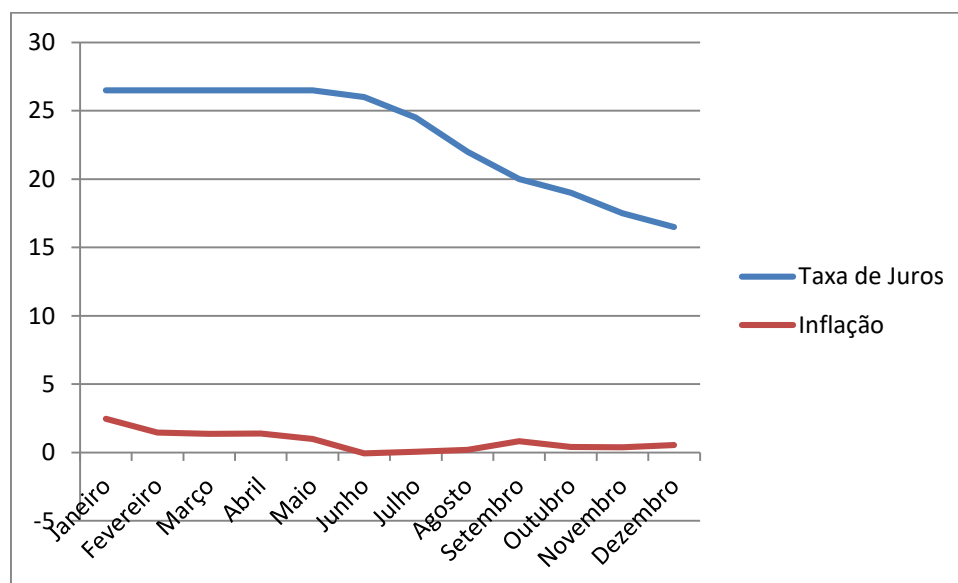
Ao assumir a presidência do Brasil então em 2003, Lula e o Partido dos Trabalhadores encararam uma realidade na qual entrariam em um processo de mudança e contraste entre as medidas anunciadas no início da eleição e as de fato acertadas no começo do mandato. Isso se deve em grande parte por conta dos acontecimentos recentes como a crise da Argentina de 2001, sendo um exemplo dos problemas que o Brasil enfrentaria caso os empréstimos do FMI fossem cessados. Além disso, a situação externa do Brasil poderia se agravar com uma inflação ascendente e o risco da falta de liquidez do país. Como cita Giambiagi (2011), a mudança mostrada acima ocorreu quando, já no governo, Palocci divulgou um documento chamado “Política Econômica e Reformas Estruturais”, no qual defende a preservação da estabilidade econômica com redirecionamento do gasto público de modo que chegasse às classes sociais mais necessitadas, além da necessidade de rever a Lei de Falências; a concessão de autonomia operacional do Banco Central; a importância de modificar as regras de aposentadoria do funcionalismo; e a defesa de uma maior focalização do gasto público, que o PT anteriormente havia sido contra.

Segundo Giambiagi (2011) as primeiras medidas foram a de definir a taxa de superávit primário para um pouco acima dos anos anteriores, que estava na casa dos 3,75% e passou para cerca de 4,25% do PIB, mostrando aos credores uma margem de segurança, já que a razão dívida líquida/PIB também seria maior ao final do ano; a taxa de juro nominal definida pelo Banco Central passou de 18% para 25% a.a. visando combater a expectativa de aumento da inflação para o ano; anunciou a meta de inflação para 2003 e 2004 sendo

8,5% e 5,5%, respectivamente; e ordenou cortes de gasto público. Podemos dizer, então, que o conjunto de decisões tomadas pelo governo foi de característica ortodoxa, contrariando a maneira como o PT via a política econômica e afirmando o processo no qual foi verificado em grande parte de partidos considerados da esquerda no mundo, que ao longo dos anos também adotaram medidas de austeridade fiscal e controle do índice de preços.

Se as expectativas para o ano de 2003 eram negativas, os resultados demonstraram o oposto. Através das ações feitas pelo governo após as eleições, o acordo com o FMI foi mantido até o final de 2004, e o cenário para os credores se viu em nova ascensão com a recuperação do risco-país, medido pela C-Bond. O câmbio também recuou para menos de R\$ 3,00 no segundo semestre. A taxa de inflação, que crescera nos primeiros meses do ano, acabou acompanhando o câmbio ao longo do ano.

Gráfico 6: Selic x INPC no ano de 2003 em (% ao mês)



Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil, (2017).

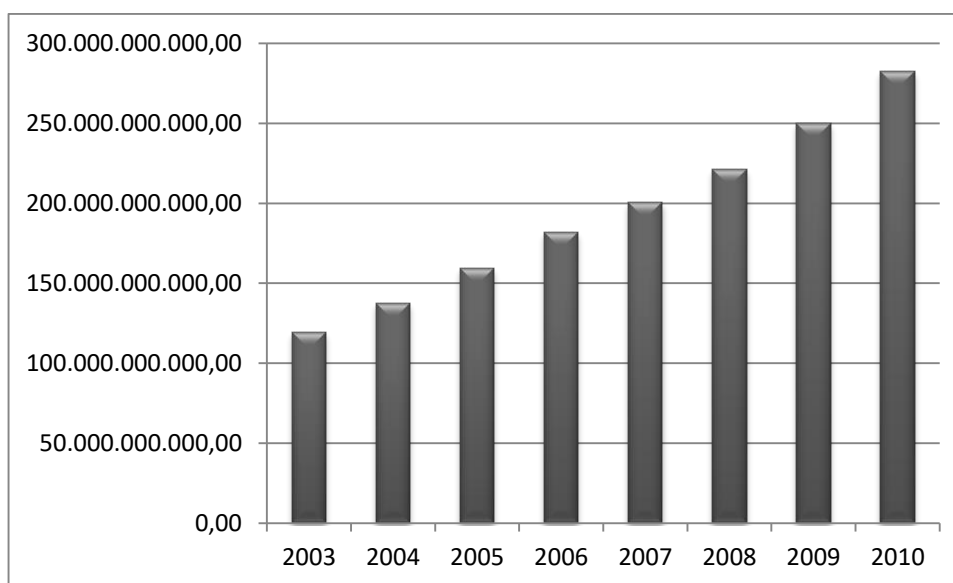
De acordo com o gráfico (6) acima e sabendo que a Selic finalizou o ano de 2002 na casa dos 22%, podemos notar que o aumento da taxa de juros em janeiro foi capaz de contrair o Índice de Preços do Consumidor no Brasil no ano. A partir do segundo semestre de 2003, o governo decide diminuir a taxa nominal de juros visto que houve uma queda acentuada da inflação, o que deu uma maior tranquilidade para que o Banco Central tomasse suas decisões.

Dando continuidade ao plano de governo, conceder atenção às reformas estruturais foi mais um passo dado, ainda em 2003, pelo governo através da proposta de uma reforma tributária e, em paralelo, da Previdência Social. Conforme Giambiagi (2011), a mudança tributária estava ligada em uniformizar a legislação do ICMS; além de prorrogar a Desvinculação de Receitas da União, reduzindo a vinculação das despesas às receitas; renovar a CPMF para evitar quedas na contribuição em 2004; e transformar o imposto COFINS em uma tributação sobre o valor adicionado, e não por taxaço em cascata como prevalecia. Já a reforma da Previdência se concentrou na alteração do regime dos servidores públicos, e suas principais medidas foram: Acabar com a aposentadoria integral para futuros servidores públicos, sendo que os atuais só teriam o direito para quem tiver dez anos no último cargo, 20 anos como servidor, 30 anos de contribuição para mulher ou 35 para homem e 55 anos de idade (mulher) ou 60 (homem); os servidores inativos (aposentados e pensionistas) pagarão 11% de contribuição sobre a parcela da aposentadoria superior a R\$1200,00; os benefícios serão corrigidos pela inflação; e definição de um teto e um subteto salarial.

Essas reformas constituíram um grande passo ao tentar aliviar o gasto público da Previdência com uma parcela dos trabalhadores que não havia sido atingida por reformas anteriores, entretanto, se mostraram insuficientes ao longo do tempo para sanar o grande aumento dos gastos previdenciários gerais, de acordo com a transição demográfica que o Brasil começara a viver durante o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, com tendência a se agravar nos anos posteriores. De acordo com projeções feitas pelo IBGE, no ano de 2000 a população com 60 anos ou mais correspondia a 13% da população entre 15 e 59 anos, o que em 2050 deve representar cerca de 52%. Segundo Giambiagi (2011 pág. 210)

“As propostas estavam longe de completar a agenda de reformas necessárias da Previdência Social, que provavelmente um dia irá requerer uma nova mudançadas regras de aposentadoria do INSS. Elas foram, porém, muito bem recebidas pelo mercado. A razão é que se tratava de um conjunto de providências que, primeiro, eram mais profundas do que inicialmente se imaginava; segundo, representavam um rompimento com as bases corporativas do funcionalismo, que tradicionalmente estiveram vinculadas ao PT; e terceiro, iam na direção certa de reforço do ajuste fiscal e redução das desigualdades sociais”. (Giambiagi, F (2011), Livro Economia Brasileira Contemporânea).

Gráfico 7: Gasto com Previdência Social durante Governo Lula (2003-2010) em R\$



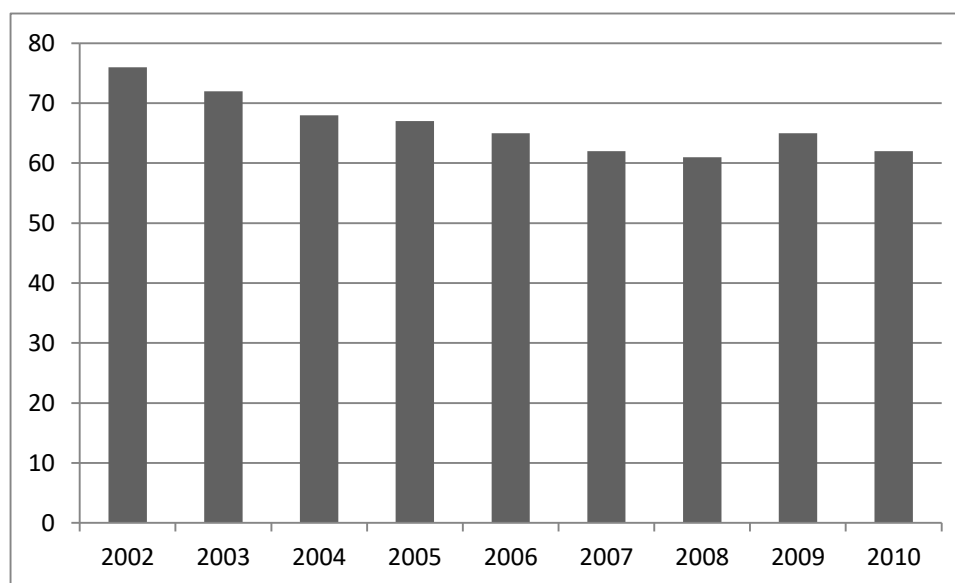
Fonte: Previdência Social, disponível em: (<http://www.previdencia.gov.br/>)

O gráfico (7) demonstra que o aumento dos gastos esteve bem acima da inflação nos anos em questão, o que evidencia um aumento real.

Através do gráfico (7) acima, infere-se que as mudanças aplicadas se mostraram aquém da necessidade do governo em conter o aumento dos pagamentos, visto que eram gastos 119 bilhões de reais em benefícios previdenciários no ano de 2003, passando para mais que o dobro, cerca de 282 bilhões de reais, em uma diferença de apenas 6 anos em 2010, demonstrando o poder que o avanço desenfreado da Previdência gera para as contas públicas nacionais.

Atentando para o desfecho econômico do ano de 2003 após as reformas e a continuação da política de austeridade fiscal, e devido à rígida política monetária combinada com as metas para inflação, o Brasil fechou o ano com a inflação em 9,3%, pouco acima da banda estabelecida de 8,5%. Além disso, como cita Giambiagi (2011), a política fiscal contracionista diminuiu o gasto primário do governo em aproximadamente 3% do PIB. Já para o ano de 2004 há um aumento de gastos, que foram financiados através do aumento da carga tributária pelo governo. Diante de uma geração de um superávit primário alto, o governo foi capaz de diminuir a relação entre a dívida pública/PIB, o que gerou impacto positivo sobre o pagamento de juros.

Gráfico 8: Proporção Dívida Pública Bruta/ PIB em (%)



Fonte: IPEA

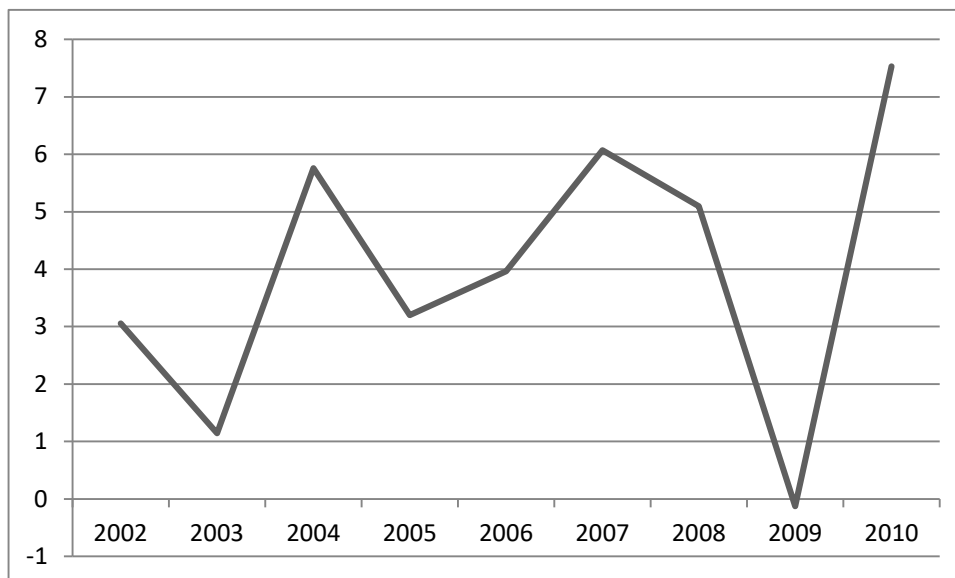
O gráfico 8 mostra forte queda da dívida bruta do governo entre os primeiros anos do mandato do presidente Lula, o que não se manteve constante ao longo do tempo e pode ser explicado também pela mudança do cargo de Ministro da Fazenda, passando de Antônio Palocci para Guido Mantega. Tal mudança se manifestou na política econômica através de certo afrouxamento da política fiscal, já que o gasto público teve aumento expressivo durante o período que permaneceu no cargo. Além do aumento dos gastos, o superávit primário não conseguiu atingir pontos tão altos como os de antes, e o BNDES aumentou o seu papel na economia assim como o dinheiro destinado a ele.

De acordo com Giambiagi (2011), a dívida pública/PIB estava altamente indexada a taxa de câmbio, que sofreu apreciação nominal, e, juntamente com o superávit primário, foram capazes de reduzir a proporção da dívida. Dessa forma, a queda do superávit impactou negativamente neste caso.

Analisando o crescimento do país medido pelo Produto Interno Bruto (PIB) gerado, o Brasil apresentou um período de forte expansão principalmente a partir de 2003 com a queda

da taxa de juros. No final de 2008, o país teve o crescimento afetado por conta da crise econômica mundial, que atingiu diversos países de forma drástica e prejudicou o comércio de forma geral. Já em 2010, o país volta a crescer.

Gráfico 9: Crescimento do PIB em %



Fonte: Banco Mundial

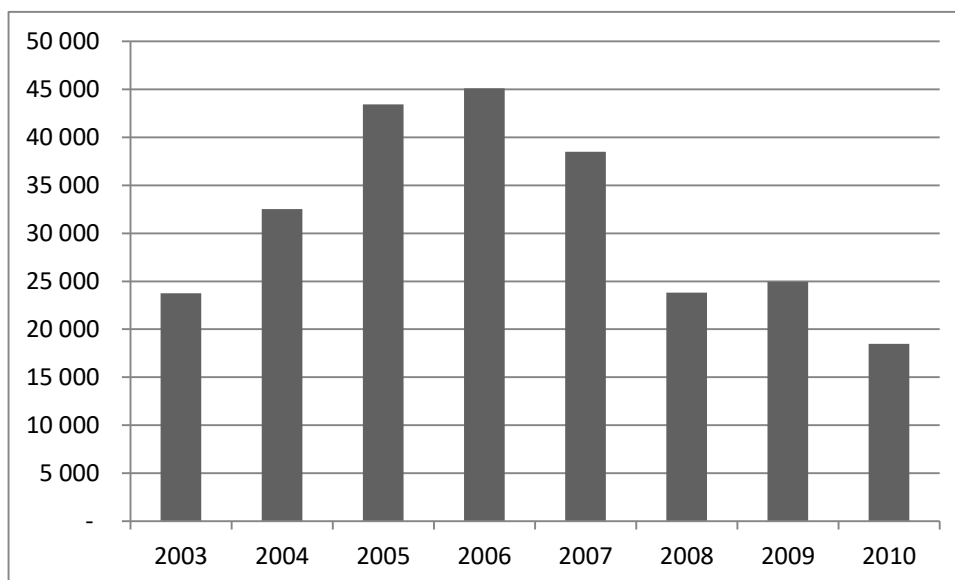
“Ao mesmo tempo, o maior otimismo com a evolução futura da economia causou uma intensificação da demanda por emprego, gerando uma queda importante das taxas de desemprego, de 12% em 2002 para 7% em 2010, acompanhada de uma importante elevação dos níveis de formalização da economia” (Giambiagi, F (2011), Livro Economia Brasileira Contemporânea).

A queda do desemprego e o aumento do emprego formal constituem peças importantes para o equilíbrio não só do crescimento, mas também do fator Previdência Social, visto que mais contribuintes melhoram a relação entre as receitas e despesas previdenciárias.

O crescimento visto durante o governo Lula também possui motivações externas, que atingiram diretamente a balança comercial no período e fortaleceram a economia do país. Um exemplo está ligado ao forte crescimento da China e a crescente participação deste país nas exportações brasileiras. Segundo Giambiagi (2011), em 2010 a China foi responsável por 15% das exportações do Brasil e os Estados Unidos que possuíam participação de 25% em 2002, passou a ter apenas 10% em 2010, fruto das mudanças geopolíticas do mundo. De tal forma, as

commodities exportadas pelo Brasil tiveram seu valor aumentado significativamente. Destaca-se também no período as descobertas de petróleo do pré-sal, a produção de etanol e a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas do ano de 2016.

Gráfico 10: Saldo da Balança Comercial do Brasil entre 2003-2010 em US\$ (milhões)



Fonte: Banco Central do Brasil, 2017.

Analisando o gráfico (10), há de se notar um maior equilíbrio no saldo da balança comercial brasileira no governo Lula, apresentando superávits constantes e aumentos significativos no ano de 2005 e 2006, vindo a apresentar menor taxa no ano de 2010. De acordo com Bacoccina (2007), o desempenho da economia brasileira nesta época está ligado ao fato que desde 2003, a economia mundial tem crescido acima de 4% ao ano, chegando a 5,3% de média em 2004.

Como enfatiza Giambiagi (2011), de tal modo, o período 2003-2010 também foi marcado pela diminuição da desigualdade social medida pelo Índice de Gini, que caiu de 0,57 para 0,52 durante os mandatos do presidente do PT; 29 milhões de pessoas saíram da extrema pobreza e ingressaram na “classe C”; O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elevou-se de 0,65 em 2000 para 0,69 em 2010. Tal feito se tornou possível através dos indicadores já mencionados e de uma política de aumentos reais do salário mínimo, expansão dos programas sociais – em destaque o Bolsa Família – e o forte crescimento do emprego e geração de renda.

1.3 – Governo Dilma – (2010-2016)

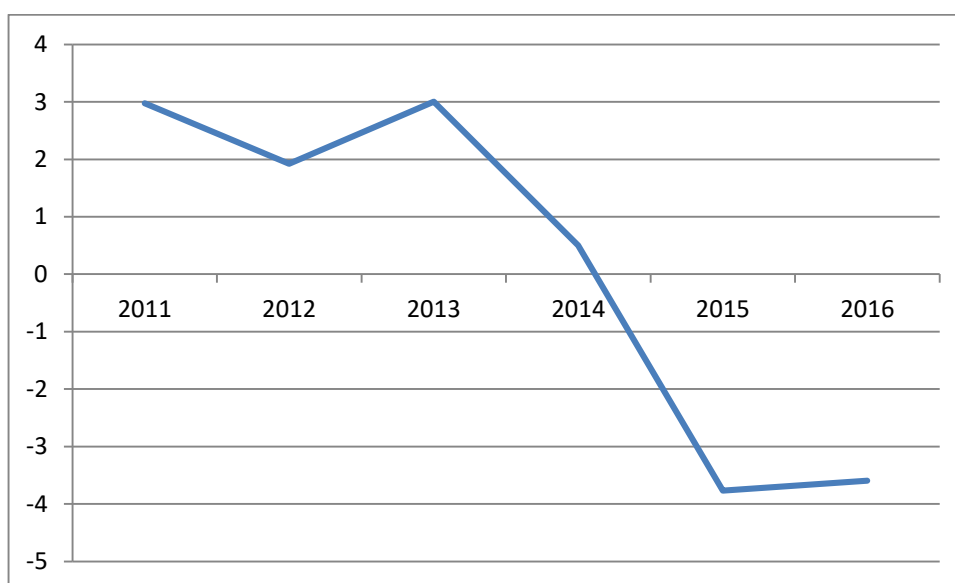
A presidente Dilma Vana Rousseff foi eleita no final do ano de 2010, em um período no qual a economia brasileira mostrava recuperação dos bons indicadores macroeconômicos, apesar da violenta crise mundial que o mundo experimentou a partir do final de 2008, sendo considerada como a continuação do governo Lula, que fora aprovado pela população. Após uma taxa negativa de crescimento do PIB em 2009, o ano de 2010 representou um crescimento de 7,5% do mesmo indicador e a taxa de desemprego continuou decrescendo, chegando a 5,3%. De acordo com Bresser-Pereira (2013), sua vitória nas eleições esteve altamente ligada ao apoio decisivo do presidente Lula. Entretanto, o governo só poderia ser bem-sucedido se rompesse com o tripé macroeconômico dominante no Brasil desde o ano de 1999, que mantinha juros altos e um câmbio bem apreciado na economia, a fim de estabilizar o controle sobre os preços.

Em 2011, primeiro ano do mandato da presidente Dilma, a economia brasileira voltou a apresentar baixa taxa de crescimento do PIB (2,7%) e, o índice de preços, que havia terminado 2010 na casa dos 5,9%, elevou-se, fechando o ano em 6,5%. Os indicadores acima podem ser explicados também observando que para o ano de 2011 era esperado uma recuperação da economia dos EUA, o que não ocorreu e prejudicou o mercado internacional. Aliado a tal fato, a demanda por commodities brasileiras apresentou queda devido à desaceleração de países como a China e a Índia, assim como seu preço. O ano de 2012 confirmou ainda mais a desaceleração do PIB, que teve crescimento de apenas 1,0%, sendo que houve queda ainda no consumo das famílias e uma variação negativa dos investimentos em cerca de -4,0%. De acordo com Contri (2014), o consumo das famílias havia encontrado seu limite de crescimento através da própria capacidade de endividamento das mesmas, o que deixou claro que a política baseada no incentivo ao consumo estava se tornando exaustiva e havia necessidade de buscar uma forma de crescimento puxada nos investimentos, que aumentou apenas 2% entre os anos do governo Lula, passando de 17% para 19%. Ainda para (Contri, 2014, pág. 10):

“Em meados de 2012, no entanto, já estava claro que o governo estava enfrentando dificuldades na gestão macroeconômica, o

que acabou gerando uma contraofensiva conservadora. Tais dificuldades estiveram associadas ao recrudescimento inflacionário, que começou a se manifestar a partir da segunda metade de 2012.”

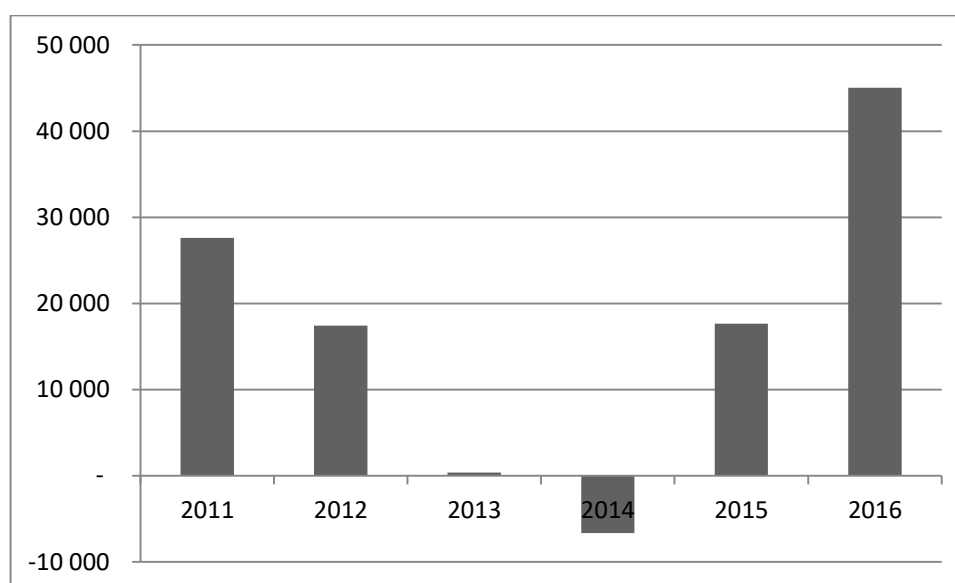
Gráfico 11: Crescimento do PIB em (%) entre 2011-2016



Fonte: Banco Mundial

O gráfico (11) confirma o fato que o crescimento do PIB em 2011 foi afetado pela não recuperação da economia mundial, pela desaceleração da China e a diminuição da demanda por exportação. Além disso, segundo Costas (2014), isto seria resultado do modelo de crescimento baseado no consumo, que não foi satisfatório para estimular os investimentos; Costas ainda diz que os problemas estruturais do Brasil fizeram com que cessasse a expansão vivida até o período anterior, como por exemplo, a complexa burocracia e sistema tributário do país. Dessa forma, após leve ascensão em 2013, o país passa a apresentar taxas decrescentes de evolução do PIB até alcançar -3,76% no ano de 2015, configurando forte recessão no país. Ainda analisando o gráfico (11), o ano de 2016 também se caracterizou pela queda de produção em torno de -3,6% do PIB, além de estar passando por uma grave crise política desde o final de 2015, quando foi aberto o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, que se consolidou no dia 31 de Agosto de 2016.

Gráfico 12: Saldo da Balança Comercial do Brasil entre 2010-2014 em US\$ (milhões)



Fonte: Banco Central do Brasil, 2017.

O saldo da balança comercial no primeiro mandato do governo Dilma apresentou forte queda até o ano de 2014, quando chegou a um déficit de mais de 6 milhões de dólares, em função da queda do número e do preço das exportações. Já o aumento verificado a partir de 2015, segundo Marchesini e Rittner (2017), está relacionado com a queda do preço de importação de combustíveis e do petróleo, além de as exportações para a Argentina aumentarem 4,4% na comparação anual.

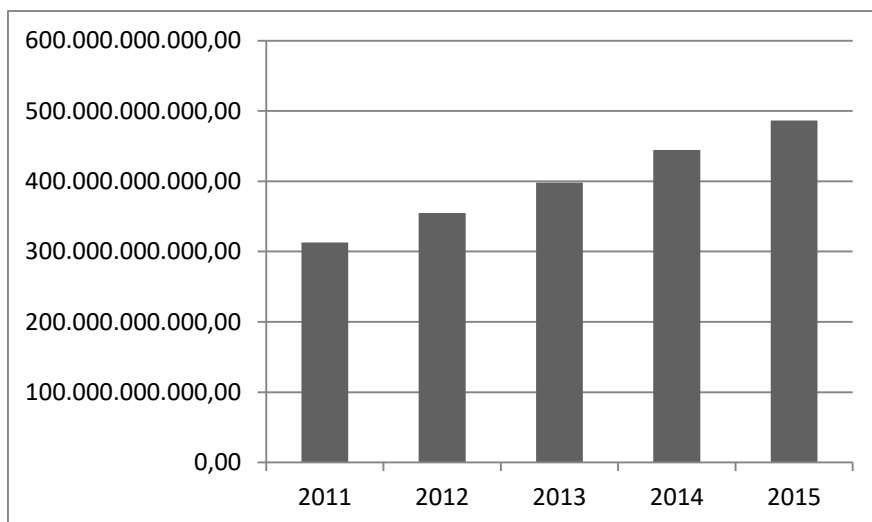
O desaquecimento da economia brasileira, juntamente com a queda das receitas ligadas as “commodities” causaram impacto negativo na obtenção de superávits primários evidentemente a partir de 2012, comprometendo o pagamento de juros e a política do tripé econômico. Segundo Contri (2014), a meta de superávit primário estava inclusive limitando o crescimento do país, já que o aumento dos gastos da Administração Pública estava crescendo a taxas módicas nos últimos anos, não compensando a queda dos investimentos e a desaceleração do consumo que o Brasil estava enfrentando.

Por outro lado, a inflação também persistia em permanecer acima da meta, o que obrigou o Banco Central a aumentar a taxa básica de juros em 2013 e conseguiu certo êxito; entretanto, as taxas de juros do Brasil já são consideradas altas se comparado com o resto do Mundo, e esse aumento também limita o consumo interno. De tal forma, Contri (2014) afirma que a política monetária e/ou o controle da demanda agregada não devem ser os únicos instrumentos que o governo Brasileiro deve usar para controle da inflação. Ainda como afirma Bresser-Pereira (2013), Dilma Rousseff compreendeu a necessidade de rever a política do tripé, já que o câmbio bem apreciado não era competitivo e nem capaz de gerar o equilíbrio industrial do Brasil. (Bresser-Pereira, 2013, pág. 12):

“Enquanto não resolver o desequilíbrio macroeconômico representado por uma poupança pública insuficiente e pela sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio, além de não atingir as taxas de crescimento necessárias para o catching up, o país continuará a se desindustrializar prematuramente. Em outras palavras, enquanto não criar boas oportunidades de investimentos para os empresários, seja mantendo a taxa de câmbio no equilíbrio industrial para tornar competitivas internacionalmente as empresas que utilizam tecnologia no estado da arte mundial, seja realizando investimentos que criam demanda para o setor privado, o país não estará resolvendo o problema do seu desenvolvimento pelo lado da demanda.”

Dessa forma, nota-se que grande parte dos problemas enfrentados pelo governo Dilma possuem raízes históricas presentes no Brasil desde os governos anteriores, e assim constituem um empecilho ao desenvolvimento do país, que se vê preso em uma armadilha pela taxa de juros, baixa poupança e um nível de preços ainda acima da meta estabelecida. Com relação aos ajustes estruturais e reformas do governo, Dilma promoveu uma pequena regra sancionada em 2015, conhecida como regra 85/95, que concede aposentadoria integral ao trabalhador que, somando o tempo de contribuição e a idade, obtenha resultado igual ou superior a 85 anos (para mulher) e 95 anos (para homem), objetivando acompanhar a transição demográfica brasileira.

Gráfico 13: Gasto com Previdência Social no Governo Dilma (2010-2014) em R\$ (milhões)



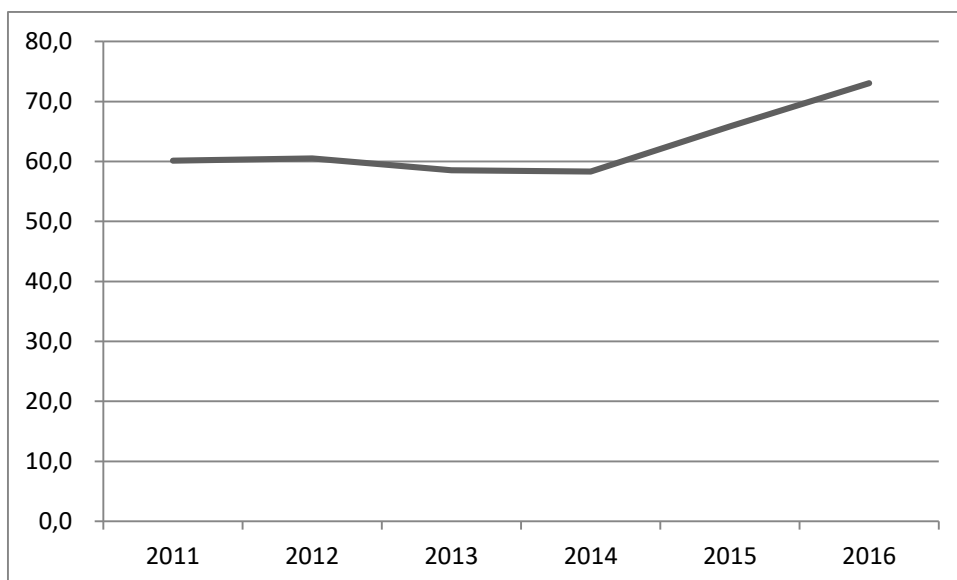
O gráfico (13) demonstra que o aumento dos gastos esteve bem acima da inflação nos anos em questão, o que evidencia um aumento real.

Fonte: Previdência Social, disponível em: (<http://www.previdencia.gov.br/>)

Obs: Não há dados disponíveis para o ano de 2016.

De acordo com o gráfico 13, os anos do primeiro mandato Dilma não conseguiram frear o aumento significativo de gastos com a Previdência Social, que saltou de 282 bilhões de Reais em 2010 para 444 bilhões de Reais em 2014. Somado a esses fatores, a proporção dívida bruta/PIB também sofreu aumento ao compararmos os anos de mandato da presidente até o impeachment, ocorrido em 31/08/2016.

Gráfico 14: Proporção Dívida Pública Bruta/PIB entre 2010-2016 (%)



Fonte: Banco Central do Brasil.

O gráfico (14) indica o grande avanço da dívida pública em proporção do PIB do país durante os mandatos da presidente, que era de 60% no ano de 2011, chegando a atingir 73% no ano de 2016. Esse aumento expressivo está relacionado com a queda da receita do governo com a crise econômica, que diminui o superávit primário, e consequentemente reduz a quantidade destinada ao pagamento dos juros, que exercem pressão sobre a dívida pública cada vez mais.

Os principais indicadores macroeconômicos apontam para um cenário de crise econômica que se inicia em 2009, com uma melhora relativa em 2010, mas em crescente ascensão a partir de 2011, o qual obrigou o governo a tomar medidas necessárias na tentativa de conter a recessão. De acordo com Contri (2014), tais políticas acabaram influenciando no desempenho de outras metas, como a de inflação e superávit primário, e, o desemprego que sofreu aumento juntamente com uma queda do PIB pode impactar nos desequilíbrios estruturais historicamente herdados, comprometendo, por exemplo, a qualificação da mão de obra, que representa um dos principais problemas enfrentados pelo Brasil.

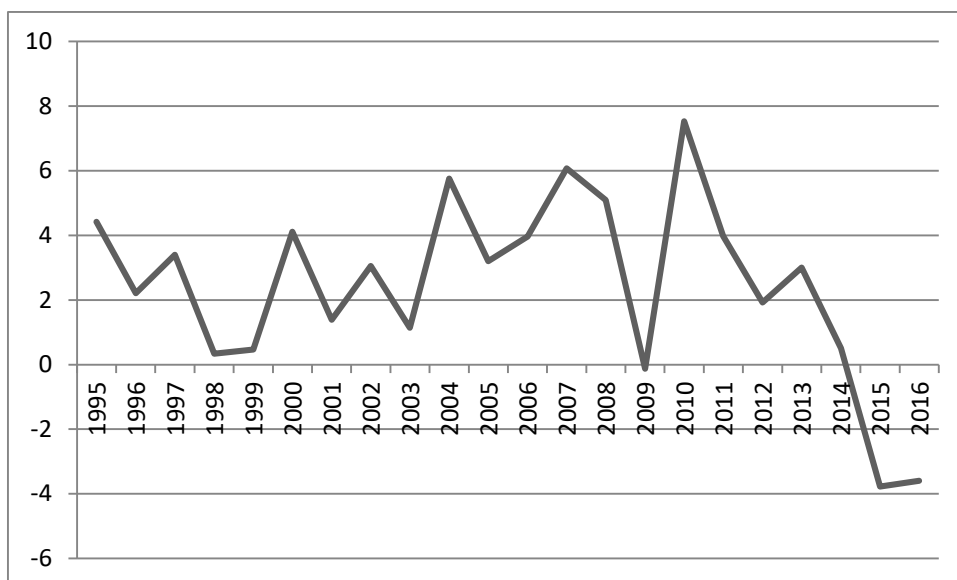
1.4 – Crescimento Econômico e Gasto Previdenciário: 1995-2016

Quando chegou à presidência da república, Fernando Henrique Cardoso ainda estava lidando com a fase de execução do plano Real, que visava conter a inflação que assombrara a economia brasileira há anos. Para controle inflacionário, o governo optou por manter o câmbio valorizado na concepção do plano, em um momento no qual as exportações estavam em baixa

e as importações cresciam, gerando um impacto negativo no produto do país. Outro fator preponderante era a crise fiscal que ameaçava as contas públicas e poderia levar ao fracasso do plano, e impossibilitou o governo de investir mais no setor produtivo. No primeiro mandato ainda lidou com a crise financeira asiática em 1997 e a Russa em 1998, e no segundo a crise da Argentina e a crise energética brasileira. De tal forma, segundo dados do FMI, o Brasil durante o período 1995-2002 cresceu a média de 2,3% a.a., frente a 2,2% a.a. de média da América Latina e 3,4% a.a. da economia mundial. Podemos compreender então que o Brasil cresceu praticamente igual aos seus vizinhos, mas não manteve a média do mundo. A média não impressiona; entretanto, para Giambiagi (2011), a abertura de Collor, continuada com o Plano Real e as reformas promovidas por FHC foram capazes de ajustar e trazer reembolso para a economia brasileira com o tempo, que seria mantida por Lula. Assim, o período entre 2003-2010, justamente quando Lula foi presidente do Brasil, o crescimento econômico brasileiro conseguiu atingir níveis significativamente satisfatórios. A média anual, segundo dados do FMI, foi de 4,1% no período, igualando ao crescimento da América Latina e ultrapassando a média mundial que foi de 3,8% a.a.

O desempenho brasileiro durante esses anos pode ser fundamentado por fatores como o cenário externo favorável, aumento das exportações e das receitas, expansão do crédito com certo controle dos preços, aumento do consumo, investimento em áreas do setor produtivo, criação de escolas, expansão de universidades e das políticas sociais mantidas e as adotadas. Já o governo Dilma, que ocorreu entre 2011 e foi interrompido com o impeachment já no segundo mandato em 2016, não conseguiu manter o padrão brasileiro dos últimos anos, sendo marcado então por um período de recesso da economia, que, segundo dados do FMI, obteve média de crescimento de apenas 0,34% a.a entre 2011-2016, enquanto a economia mundial, ainda segundo o FMI, cresceu a média de 2,69% a.a no espaço de tempo comparado. A inflação também acabou recrudescendo, a taxa de juros foi elevada, e muitos países não conseguiram se recuperar da crise tão rápido nesses anos, o que pode explicar a deterioração da economia brasileira. O gráfico (15) abaixo ilustra a flutuação do PIB entre 1995-2016.

Gráfico 15: Variação do PIB brasileiro em (%)

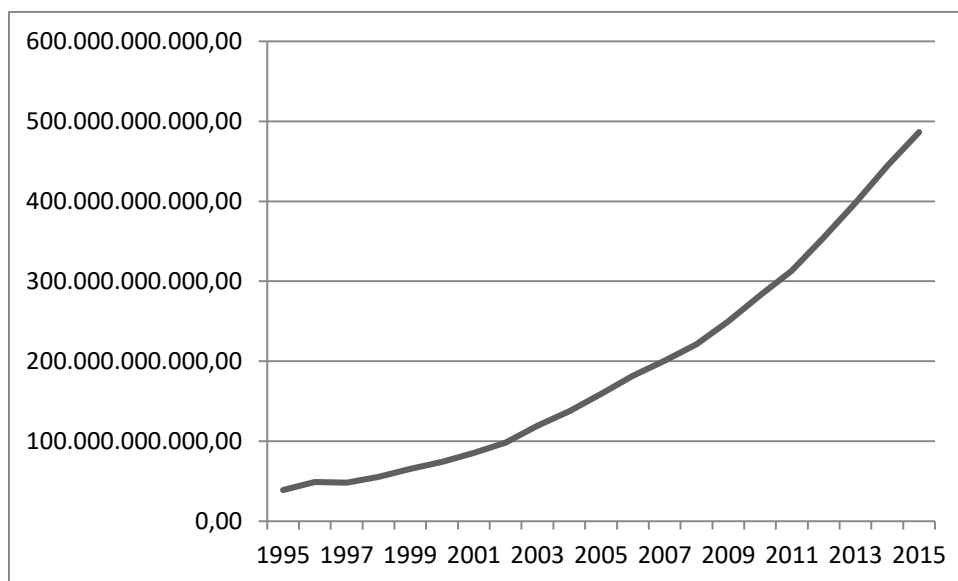


Fonte: Banco Mundial

Durante todos esses anos, o aumento do gasto público e o endividamento do país foram pautas bastante discutidas, sendo apresentadas várias propostas que incluíam o corte de gastos no orçamento, bem como as reformas que foram feitas em uma área preocupante: a Previdência Social. Essas reformas tinham como objetivo adequar atuarialmente as contas previdenciárias, já que, segundo Ornelas e Vieira (1999), desde 1995 há déficits entre as receitas e as despesas da Previdência e os benefícios não param de aumentar, gerando um expressivo aumento de gastos verificado a cada ano.

As reformas no setor ocorreram tanto no governo FHC quanto no governo Lula e Dilma, com propostas diversificadas. Enquanto FHC priorizou reformar o Regime Geral de Previdência Social, Lula se concentrou na alteração do regime dos servidores públicos, e Dilma adotou uma nova regra de cálculo para aposentadoria com base na idade e anos trabalhados. Contudo, essas mudanças, mesmo que provocando impactos positivos no corte de gastos, não foram capazes de adequar à verdadeira necessidade brasileira de mudança demográfica. Outro fator que preocupa pode ser relacionado com o crescimento do PIB. Se analisarmos o período de expansão da economia brasileira entre 2003-2010, que foi marcado pelo aumento da participação do setor formal e o desemprego chegou a 6%, juntamente com as contas da Previdência, poderemos ver que mesmo nesse espaço de tempo os gastos ultrapassaram as receitas, indicando um fator preocupante para a economia. O gráfico (16) ajuda na percepção:

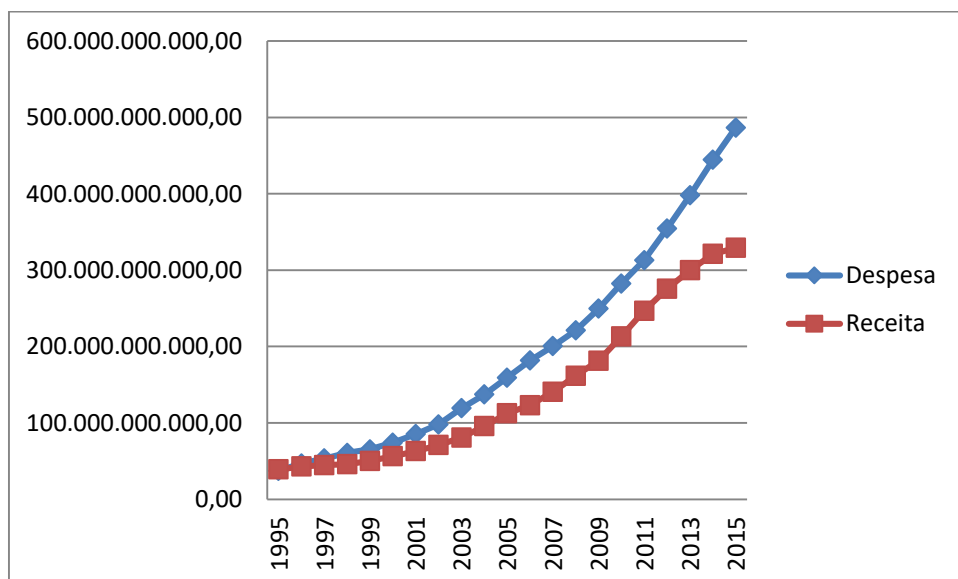
Gráfico 16: Gasto com Previdência Social entre 1995-2015 em (R\$)



Fonte: Previdência Social, disponível em: (<http://www.previdencia.gov.br/>)

Obs: Não há dados para 2016.

Gráfico 17: Despesas e Receitas Correntes da Previdência Social em (R\$)



Fonte: Previdência Social, disponível em: (<http://www.previdencia.gov.br/>)

Obs: Não há dados para 2016.

Os dados do gráfico (17) mostram o aumento vertiginoso das despesas enquanto as receitas demonstram aumentar cada vez menos, fazendo com que o saldo da previdência se torne

negativo a partir de 1996, quando as receitas somam 42 bilhões de reais e as despesas ficam em torno de 46 bilhões de reais.

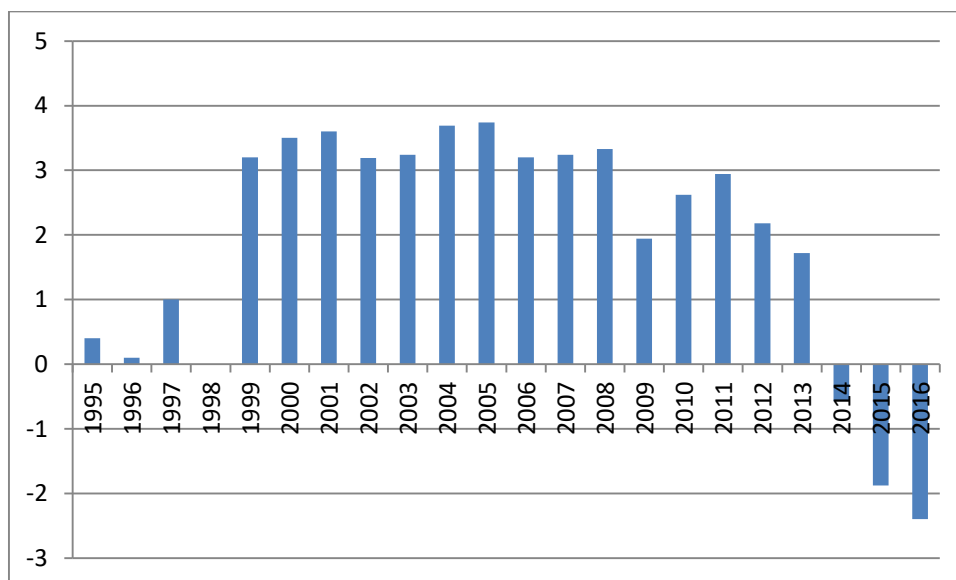
Capítulo 2: Contas do Governo e A Evolução Demográfica Brasileira.

2.1 – Análise (1995-2016)

2.1.1 – Resultado Primário/PIB

Durante os anos 1990, o Brasil se encontrava com altos valores de endividamento, além de estar sofrendo pressão do FMI através da possibilidade de interrupção dos empréstimos. Para conter a situação, o presidente FHC adotou medidas aconselhadas pelo fundo, como a de austeridade fiscal para assegurar a obtenção de superávits primários, que seriam a medida de liquidez dos juros. Para contribuir e dar força ao cumprimento do superávit primário, o governo FHC ainda criou a Lei de Responsabilidade Fiscal, que entrou em vigor em 4 de Maio de 2000 e visava atingir a meta de que o governo, assim como prefeituras e os estados, não deveriam ultrapassar os gastos sobre as arrecadações, além de não deixarem dívidas para o governo seguinte. Tudo isso, aliado a diminuição da inflação possibilitou uma recuperação externa da confiança no Brasil, e a obtenção de superávits primários experimentou índices maiores a partir de 1999 com a política do tripé, sendo a participação do câmbio flutuante bastante influente, como mostra o gráfico (18):

Gráfico (18): Resultado Primário do Setor Público em (%) do PIB (1995-2016)



Fonte: Banco Central do Brasil

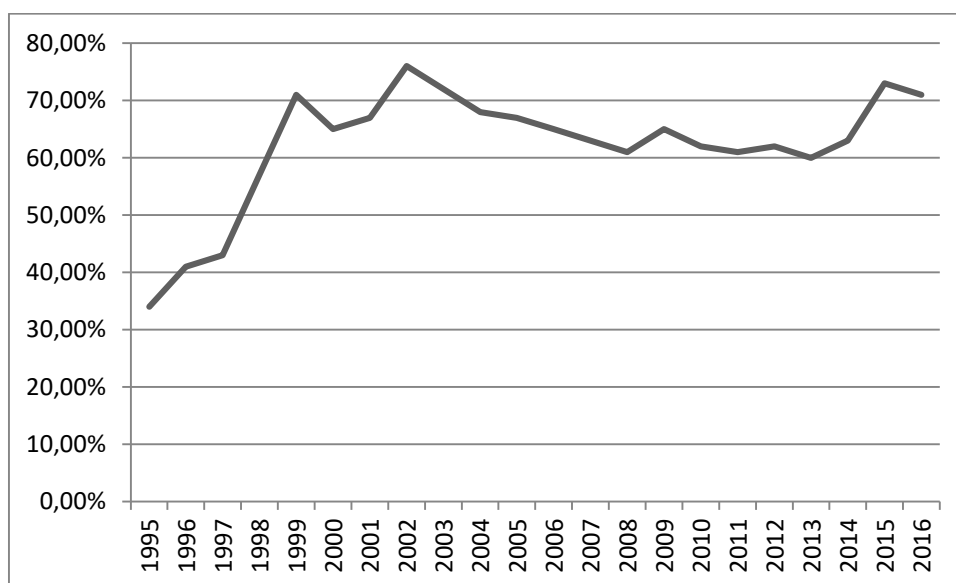
O aumento da dívida pública/PIB obrigou o presidente Lula, eleito em 2002, a aumentar a meta de superávit primário para 2003, que continuou sendo cumprida e atuou na diminuição da proporção da dívida nos anos que seguem o mandato do presidente. Entretanto, após o superávit ultrapassar a meta em 2008, o governo não a atinge em 2009 e em 2010. Já a

partir de 2014, é possível observar que as contas do setor público atingem o déficit primário, e nos dois anos seguintes ainda apresentam piora, o que elevou de forma drástica a dívida pública brasileira.

2.1.2 – Dívida Pública/PIB

O Plano Real visava principalmente conter o índice de preços, e obteve êxito. Entretanto, a consequência negativa para atingir esse objetivo foi à alta taxa de juros à qual o país ficou submetido, que dificultou o crescimento e prejudicou a indústria brasileira, além de acentuar ainda mais a dívida pública. De acordo com dados do Banco Central, a taxa Selic chegou a atingir o ponto de 45,67% ao ano. O gráfico (19) mostra o crescimento da dívida, que passou de 34% do PIB em 1995, para 71% já em 1999. Segundo Giambiagi (2011), nesse período ocorreu uma grande fuga de capitais no Brasil, com saída de cerca de US\$30 Bilhões em apenas três meses.

Gráfico (19): Proporção Dívida Pública Bruta/PIB em (%)



Fonte: Banco Central do Brasil

Em 2002 o cenário volta a piorar, já que o mercado se viu instável com a possível mudança de presidência e uma eventual alteração em relação ao compromisso com a meta de superávit primário e pagamento dos juros da dívida. Essa desconfiança elevou o risco-país medido pela C-Bond. Entretanto, após ser eleito, o presidente Lula acabou confirmando a continuação da política fiscal e monetária proposta por FHC, inclusive com maior vigor austero.

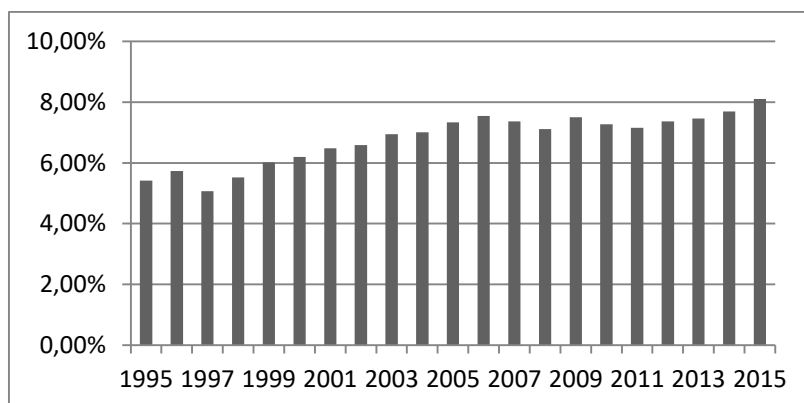
Em 2003, Lula também elevou a meta de superávit primário acima do que fora aconselhado pelo FMI, trazendo maior confiança em relação à economia brasileira.

A manutenção fiscal, a expansão da economia mundial e o significativo crescimento econômico brasileiro foram capazes de diminuir a dívida pública até meados de 2008, quando a crise econômica mundial atingiu a maior parte dos países do globo. De acordo com dados do Banco Central, durante o governo Lula, o Brasil foi capaz de pagar os empréstimos contraídos através do FMI e ainda gerar reservas internacionais em torno de 370 bilhões de dólares, tornando o Brasil um país considerado como bom, numa escala de grau de investimento. Após uma leve recuperação brasileira em 2010, ano em que o PIB ficou em 7,5% e houve diminuição da dívida, o Brasil enfrentaria os seguintes anos baseado em baixo crescimento e saturação do modelo de crescimento. As exportações caíram, o endividamento das famílias aumentou e a inflação passou a preocupar novamente. O rendimento da economia e o aumento observado na taxa de juros entre 2013-2015 foram fatos essenciais para verificar o aumento vertiginoso da dívida pública bruta brasileira a partir de 2013, em torno de 13% de aumento comparado com 2016.

2.1.3 – Gasto com Previdência/PIB

Ao analisarmos o gráfico (20), podemos notar o aumento do gasto com a Previdência Social, principalmente durante os últimos anos, principalmente pelo fato do número de benefícios ter aumentado e a expectativa de vida ter subido consideravelmente, assim como a população de idosos. Em 1995, 5,4% do PIB eram destinados à área de seguridade social, e, em 2016, esse número chegou a 8,2%. E o que mais deixa em alerta são as projeções: Segundo Costanzi (2017), caso o cenário de transição demográfica e a não reforma da Previdência se concretizem, em 2060 o gasto com a Previdência alcançará 18,9% do PIB brasileiro, o que torna o cenário altamente insustentável.

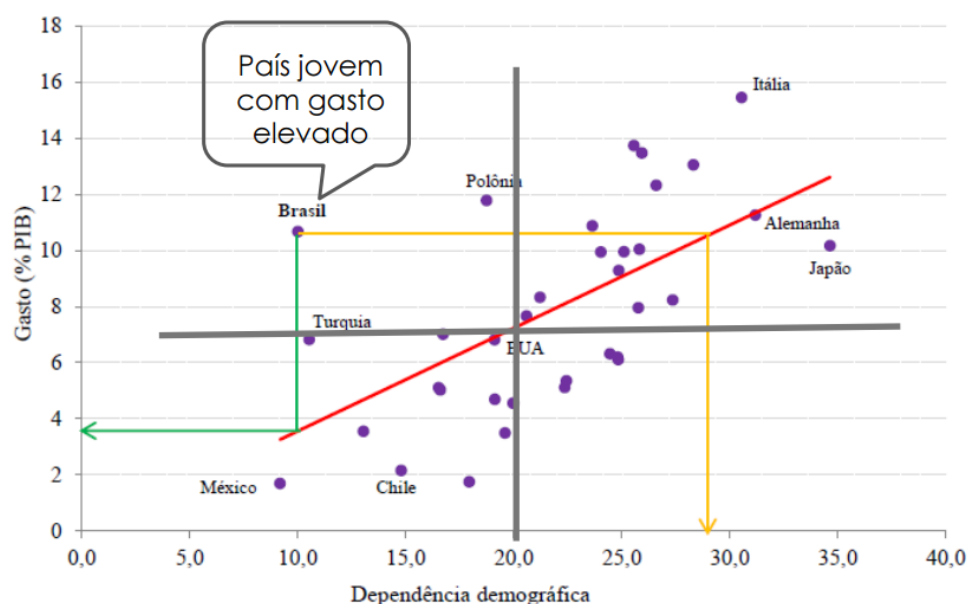
Gráfico (20): Gasto com a Previdência Social em (%) do PIB – 1995- 2016



Fonte: IPEA Data.

De acordo com Tasso (2015), o Brasil ainda é um país em transição, ou seja, pode ser considerado como um país jovem, entretanto, possui um gasto muito elevado com previdência, semelhante ao de países mais desenvolvidos, que tradicionalmente já possuem uma população com idade mais avançada. Se, ainda jovens, gastamos com a previdência como um país mais velho, quando de fato chegarmos lá, as contas públicas terão um imenso desafio a ser vencido.

Gráfico (21): Gastos com Previdência (%PIB) a partir da razão de dependência de idosos (2009)



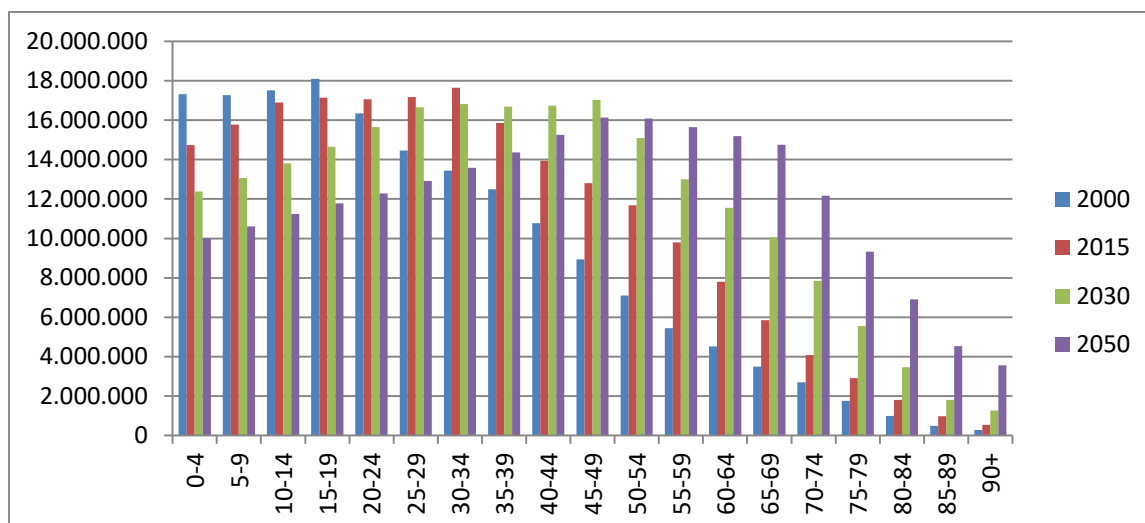
Fonte: Banco Mundial, STN e OCDE.

Através da análise do gráfico (21), podemos comparar o Brasil com países que possuem estrutura etária semelhante, como o Chile e o México, e que despendem 4,9% e 2,7% respectivamente de gastos com a previdência a partir da razão de dependência de idosos, sendo considerados gastos bem abaixo da realidade brasileira. Para Tasso (2015), os fatores que contribuem para insustentabilidade do sistema previdenciário são: os tipos de aposentadoria existentes no Brasil, como a por tempo de contribuição, em que o beneficiário se aposenta muito antes do que em outros países, fazendo com que os anos de recebimento da mesma pode ultrapassar cerca de duas vezes comparado a média global; a pensão por morte, já que o Brasil é o único país no mundo que paga 100% do valor da pensão e de forma vitalícia; a transição demográfica, com a taxa de natalidade caindo e a expectativa de vida aumentando, ou seja, estamos reduzindo a população em idade economicamente ativa e aumentando a de idosos; indexação do salário mínimo, que aumenta significativamente o valor pago em benefícios; e , por fim, a baixa taxa de investimentos do país, pois não há incentivos a poupar.

2.1.4 – Proporção de Idosos na População Total

Os dados extraídos do IBGE confirmam a tendência da população brasileira, intensificada em 1970, de diminuição das taxas de natalidade, ou seja, menos jovens em idade economicamente ativa no mercado de trabalho, e, ao mesmo tempo, uma decrescente taxa de mortalidade da população juntamente com o aumento da expectativa de vida. De acordo com Miranda e Silva (2016), existiam 39 idosos para cada grupo de 100 jovens, e em 2040, esse número subirá para 153 idosos para cada 100 jovens. A projeção do IBGE mostra, por exemplo, que em 2050 haverá mais de 6 milhões de idosos que ocupam a faixa dos 80-84 anos, sendo que em 2015 esse número não chega a 2 milhões de idosos na mesma faixa de idade. Segundo o Censo Demográfico de 2010, havia 7,4% de idosos na população total, e esse número chegaria a 26,7% em 2060 devido às projeções.

Gráfico (22): Projeção da População por Ano e Faixa Etária em (milhões).



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

De acordo com o gráfico (22), o Brasil está se caracterizando por configurar uma nova realidade de estrutura etária da população, onde a participação das pessoas com mais de 60 anos na sociedade aumenta e a população em idade mais jovem cai. A mudança preocupa principalmente do ponto de vista previdenciário do país, que, de acordo com os dados, possui a tendência de grande aumento no número de benefícios e um tempo maior de execução deles, em função do aumento da expectativa de vida do brasileiro, como mostra a tabela (1) a seguir:

Tabela (1): Expectativa de vida do Brasileiro de 2000-2060

2000	69,8 anos
2010	73,9 anos
2020	76,7 anos
2030	78,6 anos
2040	79,9 anos
2050	80,7 anos
2060	81,2 anos

Fonte: IBGE.

2.2. – PEC do Teto de Gastos (PEC 241)

Diante do diagnóstico da realidade brasileira em relação às contas públicas, o governo federal tem uma proposta já aceita que definirá um novo regime fiscal para a União, visando alcançar, a médio e longo prazo, o controle do forte desequilíbrio fiscal que o país vem enfrentando durante os últimos anos. Para sua implantação, foi criada a Proposta de Emenda Constitucional nº 241, que estabelece um teto para o crescimento dos gastos públicos. No Senado federal a proposta tramitou como PEC nº 55. Segundo Meirelles e Oliveira (2016), a mudança é necessária e deve ser executada no menor espaço de tempo possível, para que o país possa restabelecer a confiança na sustentabilidade dos gastos da dívida pública. Além disso, comentam que é um instrumento essencial para recolocar a economia em ritmo de crescimento.

Meirelles e Oliveira (2016) destacam a deterioração do resultado primário nos últimos anos, que será responsável por geração de um déficit de até R\$ 170 bilhões no ano de 2016, sendo que a dívida bruta do governo passou de 51,3% do PIB em 2013, para 67,5% do PIB em Abril de 2016; e, as projeções indicam um aumento para quase 80% do PIB para os próximos anos, se nada for feito para conter o desarranjo fiscal. Ainda, afirmam que, o principal problema do Governo Federal está no crescimento acelerado da despesa primária, cerca de 51% acima da inflação no período 2008-2015, enquanto a receita evoluiu 14,5%. Vale lembrar que a receita do governo ainda sofreu principalmente a partir de 2015 com a diminuição da arrecadação com impostos, por conta da forte recessão. De acordo com Salto (2017), para os próximos anos, o compromisso com o ajuste fiscal é essencial para insolvência da dívida pública, que deve chegar a 93,3% do PIB em 2024 devido às projeções da Instituição Fiscal Independente (IFI), criada pelo senado em 2016, da qual é diretor-financeiro.

A Proposta de Emenda Constitucional nº 241 possui então como base de seu Novo Regime Fiscal, a estipulação de um limite para o crescimento das despesas primárias totais do Governo Central, tendo duração de vinte (20) anos, podendo ser revisada quando completar dez (10) anos. O limite estipulado para o crescimento dos gastos primários estaria atrelado ao valor da inflação do ano anterior. Isto é, se fosse aprovada já em 2016, a despesa do ano de 2017 seria o limite equivalente a 2016, corrigida pela inflação de 2016, e assim sucessivamente. Meirelles e Oliveira (2016) defendem que o Novo Regime evita que a estrutura de gastos tenha seu limite estabelecido como percentual da receita ou do PIB, já que em períodos positivos do ciclo econômico, haveria uma aceleração dos gastos e exigiriam fortes cortes durante períodos

negativos, ou seja, o Novo Regime será anticíclico: resultarão em maiores poupanças nos momentos de expansão e menores superávits no momento de recessão.

Conforme o artigo 1º da PEC 241, os órgãos públicos que não respeitarem o teto não poderão reajustar salários de servidores, receber subsídios ou incentivos, realizar contratações e fazer concursos públicos. O Novo Regime também não incluirá nos limites do teto de gastos: transferências constitucionais estabelecidas pelo art. 20, § 1º, art. 157 a art. 159 e art. 212, art. § 6, e as despesas referentes ao art. 21, caput, inciso XIV, todos da Constituição, e as complementações de que trata o art. 60, caput inciso V; créditos extraordinários ao que se refere o art. 167 da Constituição; despesas com a realização de eleições pela justiça eleitoral; outras transferências obrigatórias derivadas de lei que sejam apuradas em função de receitas vinculadas; e, despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes.

Por conseguinte, a criação da PEC do teto de gastos prioriza mudar o contexto que foi exemplificado nas seções (2.1.1) e (2.1.2) deste capítulo, que tratam justamente da degradação do resultado primário e da dívida pública brasileira, num cenário no qual as despesas ultrapassam as receitas já sem o acréscimo dos juros e a porcentagem (%) entre a dívida e o PIB aumenta a cada ano. Como ressalta Salto (2016), para atingir esse objetivo deve-se restaurar o espírito da Responsabilidade Fiscal, estimular a austeridade fiscal, aumentar a transparência nas ações do Estado e restabelecer as condições de sustentabilidade da dívida pública. A homologação da PEC 241 visa justamente esse equilíbrio, e se faz de instrumento positivo para que as contas públicas do Brasil sejam sustentáveis.

Entretanto, para Salto (2016), a PEC 241 possui problemas que devem ser discutidos para que o programa de ajuste fiscal se efetive concretamente. O primeiro problema está relacionado ao fato de alguns gastos federais primários já estarem sujeitos a alguma regra de vinculação ou indexação. Isto poderia gerar incompatibilidade com o limite geral proposto. Além disso, há um conjunto de despesas, descritas no artigo 1º da PEC, que estão excluídas do limite do teto global, ou seja, poderão crescer acima da inflação do período anterior, como por exemplo, os gastos com eleições, outras transferências de recursos e os créditos extraordinários. Outro problema está relacionado ao fato de a regra estar desbalanceada, ou seja, nos anos iniciais ser mais flexível e para os anos finais, mais rígida. Isso porque a regra é de longa duração e será fixada apenas pelo IPCA e não levará em conta dados como o PIB para mensuração. O último fator seria o período de vigência da regra, que deveria ser revisado e sofrer diminuição.

Por fim, enquanto não há propostas para o limite do gasto com salários públicos, por exemplo, o contingenciamento dos gastos na área da saúde e educação, afeta principalmente as classes sociais mais baixas, o que tende a atenuar a desigualdade social e a piora na qualidade desses serviços prestados pelo governo.

Todavia, os gastos do governo em geral, tendem a aumentar a renda da economia como um todo, gerando crescimento da mesma. O impacto do contingenciamento dos gastos com a Previdência Social poderá também gerar uma diminuição do consumo, o que desfavorece internamente o produto. Dessa forma, o objetivo será avaliar o impacto do contingenciamento dos gastos da Previdência sobre o crescimento.

A redução do gasto primário também resulta em uma diminuição na possibilidade do governo expandir seus investimentos, podendo não gerar um impacto de expansão do PIB. Para Ferreira (1996) e Ferreira e Malliagros (1998), há evidências de forte relação entre investimentos em infraestrutura (energia, telecomunicações e transporte) e produto. (Cândido Jr, 2001, pág.243):

“Os investimentos públicos, para serem eficientes, devem ser alocados em setores que geram externalidades positivas, e devem ser complementados pelos investimentos privados em vez de competir com eles. A infra-estrutura e os gastos em pesquisa & desenvolvimento são exemplos clássicos de investimentos públicos que complementam os investimentos privados. Dispendios em educação básica também podem ser considerados investimento público na formação de capital humano.”

Podemos observar que itens do gasto primário, que envolve pesquisa e desenvolvimento e educação, são capazes de aumentar a participação de investimentos do país, que ainda hoje é considerada baixa. O investimento bem alocado, por sua vez, impacta positivamente na geração de produto do país. Logo, congelar o gasto primário poderá atingir negativamente o crescimento para os próximos anos. Cândido Jr. (2001) faz uma avaliação empírica para o período de 1947 a 1995 com relação ao impacto dos gastos públicos agregados sobre o crescimento do Brasil, e chega à conclusão que as estimativas da elasticidade gasto-produto, quando se utiliza apenas um conceito restrito do gasto (consumo e transferências), aparecem negativas. Já quando o gasto passa a incluir os investimentos, o impacto passa a ser positivo.

Capítulo 3: Modelo Econométrico

3.1 – Discussão de Trabalhos

Esta seção tratará de discutir através da literatura brasileira sobre dados do crescimento econômico brasileiro, bem como a eficiência do gasto público e seus desdobramentos para o produto do país. Tochetto, Ribeiro, Comim e Junior (2004) elaboraram um artigo que analisa a qualidade do crescimento econômico do Brasil durante a década de 1980 e 1990. Para tal, buscaram dados sobre a relação de crescimento e pobreza entre os diferentes estados brasileiros, com a premissa de que o crescimento econômico e redução da pobreza é uma questão complexa e não trivial. Segundo os autores, o crescimento econômico traduz-se em desenvolvimento humano quando melhora a qualidade de vida da população, daí a necessidade de considerar o crescimento não somente pela quantidade e sim pela qualidade.

Tochetto, Ribeiro, Comim e Junior (2004) afirmam que o crescimento denominado como pró-pobre é compreendido como um crescimento que habilita os pobres a aumentarem sua participação na atividade econômica e faz com que o aumento da renda os beneficie proporcionalmente mais que os não-pobres. Para alcançar tal objetivo, o governo deve utilizar políticas econômicas que incluem, entre outros, gastos adequados com a educação básica, saúde e serviços de planejamento familiar, além de promover acesso ao microcrédito, investir na infraestrutura de áreas rurais e incentivar micro e pequenas empresas.

O artigo sobre o crescimento pró-pobre no Brasil buscou aplicar a metodologia de Ravallion e Datt (2002) para testar em que medida o crescimento econômico no Brasil é capaz de reduzir o nível de pobreza, analisando especificidades regionais que poderiam justificar as diferenças do efeito em alguns estados. Dessa forma, há uma verificação através de dados de painel, focando nos estados brasileiros, identificando as respectivas elasticidades.

Tochetto, Ribeiro, Comim e Junior (2004) apontam que há heterogeneidade nas elasticidades da pobreza para os Estados no Brasil, sendo que o Distrito Federal e o Ceará possuíram elasticidade negativa, o que indica que nesses Estados o crescimento foi mais pró-pobre do que para os outros. Os outros Estados, a situação mencionada é que o crescimento piora o quadro da pobreza, podendo agravá-la mais que proporcionalmente, como é o caso mais extremo da Bahia e Pernambuco.

Utilizando ainda a curva de Son (2004), que mede o grau no qual o crescimento é pró-pobre ou empobrecedor, Tochetto, Ribeiro, Comim e Junior (2004) identificam mais profundamente diferenças nos Estados brasileiros, que apresentaram características pró-pobres durante a

década de 90, enquanto na década de 80 o cenário é inverso, ou seja, onde o crescimento beneficiou os mais ricos. Os autores afirmam que os Estados brasileiros se comportaram diferentemente no que se diz respeito à diminuição da pobreza, e que apenas o Distrito Federal e o Ceará apresentaram elasticidades negativas, indicando que o crescimento reduz a incidência da pobreza.

Rodrigues e Teixeira (2010) desenvolveram um estudo buscando determinar qual a esfera do governo – federal estadual ou municipal – apresentou maior capacidade para influenciar o crescimento econômico brasileiro com seus gastos no período de 1948 a 1988, visando ainda definir qual categoria de gasto é mais produtiva (Consumo, Subsídios e Transferências ou Investimentos Totais do Governo). Para chegar a tal conclusão, utilizaram o modelo de Feder (1983) para desagregar a economia em dois setores.

Através da utilização do método MQO, Rodrigues e Teixeira (2010) chegaram ao resultado para o Governo Federal em que a especificação que desconsidera os investimentos totais do governo possui valor não significativo estatisticamente. Considerando apenas os efeitos das externalidades dos gastos, cada 1% de aumento de gastos federais aumenta 0,32% o crescimento econômico. Levando em conta os investimentos do governo federal também não foram encontrados valores estatisticamente significativos.

Para o Governo Estadual, Rodrigues e Teixeira (2010), somando os investimentos estaduais e consumo, subsídios e transferências, há uma substancial melhora em comparação ao investimento federal, chegando a apresentar valores estatisticamente significativos e as elasticidades sofreram maiores modificações, indicando uma vantagem entre os gastos estaduais sobre os federais.

Rodrigues e Teixeira (2010) apontam que o Governo Municipal, quando não há especificação os investimentos municipais, apresentam valores bastante inferiores aos obtidos na esfera estadual e federal. Quando há análise incluindo a participação dos investimentos municipais, incidem coeficientes significativamente positivos para o efeito externalidade dos gastos públicos. Entretanto, comparado aos valores estaduais, a elasticidade é maior para valores do Estado. Dessa forma, os resultados encontrados no estudo indicam que a esfera estadual, principalmente com os gastos em consumo, subsídios e transferências, é capaz de gerar melhores resultados do produto através do gasto público do que outras esferas do governo.

Todavia, para Rodrigues e Teixeira (2010), apesar da maior participação do consumo, subsídios e transferências, estes são menos produtivos ao lidarem com o setor público do que os investimentos, sendo que, entre 1950 e 1980, há uma diminuição da participação dos

investimentos em cerca de 30% no PIB, e um aumento de 18% para 26% dos outros gastos, isto é, torna-se um cenário preocupante e que poderá ser limitador de crescimento. Há ainda o fato de que os gastos municipais aumentaram mais que os gastos estaduais e federais entre 1990 e 1998, o que seria ineficiente para o crescimento econômico, já que o estudo mostra menor participação dessa esfera no produto.

Cândido Jr (2001) analisa a produtividade dos gastos públicos sobre o crescimento econômico no Brasil, no período entre 1947 e 1995, de forma a estimar a elasticidade gasto-produto, o efeito das externalidades e o diferencial de produtividade entre o setor público e privado. Para estimar a externalidade, Júnior utilizou o modelo de Feder (1983) e Ram (1986), dividindo a economia em dois setores, sendo o setor privado e as administrações públicas. Optou-se pela utilização de dados anuais, trabalhando com séries reais. Para o conceito de gasto público mais restrito (consumo + transferências), o efeito da externalidade do setor público é negativo medido pela elasticidade, isto é, o aumento de 1% dos gastos em consumo e transferências diminui 0,02% no produto da economia.

Quando se inclui os investimentos das administrações públicas observa-se a elasticidade positiva do produto-gasto em 0,43, o que significa que o aumento dos gastos públicos em 1% aumenta o PIB em 0,43%. A estimativa da diferença de produtividade indica que o setor público possui apenas 60% da produtividade do setor privado.

Cândido Jr (2001) estabelece uma nova metodologia, a fim de calcular projeções que satisfazem o longo prazo, e utiliza a abordagem de Hendry, estimando regressores e a variável dependente defasados em vários períodos. Roda-se o modelo até obter defasagens mais significativas. O resultado encontrado estabelece que, no longo prazo, há indícios de uma relação negativa entre gastos públicos e o produto. Dessa forma, o efeito positivo da externalidade foi compensado pela baixa produtividade do gasto público. Cândido Júnior (2001) afirma que, no curto prazo, uma expansão nos gastos estimula a demanda agregada e promove um crescimento temporário do PIB, porém esse resultado se reverte no longo prazo.

Para efeito conclusivo, Cândido Jr (2001) comenta que realocações de recursos podem trazer efeitos satisfatórios para a economia, avaliando quais gastos são produtivos e improdutivos, bem como a presença de leis que garantam os contratos a ponto de corrigir a falha dos mercados. Os efeitos dos gastos públicos no Brasil foram considerados então acima de seu nível ótimo, já que os efeitos das externalidades foram canalizados quando foi incluído consumo e transferências no modelo. Assim, há indícios de baixa produtividade da economia

brasileira, que impacta negativamente no crescimento do país, juntamente com um sistema tributário distorcido.

Marinho, Linhares e Campelo (2011) avaliam, através de um artigo, se os programas de transferência de renda no Brasil interferem realmente no combate a pobreza, buscando como parâmetro índices como o crescimento econômico, desigualdade de renda, anos médio de estudo, proporção de famílias chefiadas por mulheres e taxa de desemprego masculino para os Estados brasileiros no período de 2000 a 2008. A metodologia usada para estimar o modelo foi o método de momentos generalizados-sistema (MMG-S), desenvolvido por Arellano e Bond(1991) e Blundell e Bond (1998).

Marinho, Linhares e Campelo (2011) destacam que o governo brasileiro tem buscado adotar políticas de transferência de renda para os mais pobres nos últimos anos para combater a pobreza, entretanto, vários trabalhos teóricos e empíricos demonstram resultados controversos quanto à validade dessas políticas. Como não há uma linha de pobreza definida, os autores adotaram no artigo a mesma linha de pobreza disponibilizada pelo IPEA, valor igual à metade do salário mínimo a preços correntes de setembro/2008. Além disso, Marinho, Linhares e Campelo (2011) comentam que utilizam o sistema MMG-S pra estimar o modelo por ser vantajoso ao empregar defasagens próprias e ser mais consistente.

Os principais resultados obtidos apontam para confirmar o que alguns trabalhos concluíram, ou seja, o fato de as transferências de renda não apresentarem um impacto significativo na redução da pobreza. O mais impactante foi o fato de a variável transferência de renda obter impacto significativo em modelos inapropriados (MQO e EF) e não no MMG-S, o que indica que as transferências de renda no Brasil não alteram a trajetória da pobreza no Brasil.

Marinho, Linhares e Campelo (2011) consideram então que a existência de transferências pode incentivar indivíduos a não procurar outro meio de obter renda e/ou reduzir sua oferta de trabalho. Dentre os parâmetros que os autores utilizaram para compreender se o combate à pobreza estava sendo eficaz, o índice de Gini e os anos-médio de estudo foram os que mais se apresentaram estatisticamente significantes.

Esses resultados, segundo Marinho, Linhares e Campelo (2011), demonstraram que políticas de diminuição da concentração de renda e de educação são de grande importância para o combate à pobreza, sendo que, o resultado destaque, aponta para que os programas de transferência de renda não afetaram a queda da pobreza nos Estados Brasileiros; isto poderia

ser explicado pela má gestão desses programas e pelo fato de estar incentivando indivíduos a não buscarem outras fontes de renda.

Observamos, baseado na literatura, convicções distintas sobre os gastos públicos, sua eficiência e efeitos no produto dos países. Há correntes que acreditam nos efeitos positivos que os gastos podem somar ao PIB, através de políticas que incentivem mais o investimento dentro dos gastos, além de ponderar gastos que podem ser considerados como produtivos e improdutivos.

Grier e Tullock (1985) utilizaram dados de painel e acharam uma relação negativa estatisticamente significativa entre crescimento real e participação do consumo no PIB, entretando, para os gastos com investimentos, há um ambiente contrário ao anterior, no qual agora ocorre estímulo ao crescimento. Mazzoni (2005) afirma que, entre 1970 e 2003, existe uma relação negativa entre gastos em consumo do governo e produto, mas a relação entre investimento público e produto é positiva, sendo que, o investimento privado também é analisado e possui efeito 2,6 vezes maior que o investimento público na economia.

Ferreira e Malliagros (1998) observam impacto positivo na economia, entre 1950-1995, dos gastos do governo brasileiros despendidos em infraestrutura, principalmente na área das telecomunicações, onde foram encontradas maiores elasticidades, seguido pelo setor rodoviário.

Há também correntes de estudo que não acreditam no efeito gasto-produto e/ou consideram o efeito negativo. Herrera e Blanco (2004) comentam que, no longo prazo, as despesas com consumo e previdência social não possuem qualquer efeito sobre o PIB, sendo que os subsídios apresentam efeito negativo. Já no curto prazo os gastos do governo não afetam o nível do produto na economia e impostos são negativos para o produto.

Alesina e Perotti (1995) obtêm evidências que a política fiscal é mais eficiente quando salários públicos e gastos com a previdência social são cortados. Rocha e Giuberti (2007) admitem um limite para gastos em consumo sobre o PIB, afirmando que todos os estados brasileiros-exceto o Tocantins- já ultrapassaram esse nível, o que sugere uma reorientação com relação a composição dos gastos totais em direção aos gastos com investimentos. Portanto, investigar essa questão será objeto de estudo daqui em diante.

Tendo em vista o contexto de crises fiscais, imposições orçamentárias dos governos e ajustes fiscais, sabemos que faz-se necessária a discussão sobre a posição acerca do efeito dos gastos públicos sobre o desempenho econômico; Entretanto, notamos grande ambiguidade na

literatura sobre o efeito do gasto público no crescimento, o que sugere que este caso é um importante objeto de estudo.

3.2. – Modelo de Solow

Para esta seção, seguirei o livro de Jones (2013) como orientação. O modelo de crescimento econômico de Robert Solow (1956) é um modelo neoclássico do crescimento, e foi construído à partir de duas equações, sendo uma a função de produção e a outra uma equação de acumulação de capital. A função de produção descreve como os insumos se combinam para gerar o produto. Esses insumos podem ser divididos em duas categorias: capital, K , e trabalho, L . A letra Y representa o produto. A função de produção é do tipo Cobb-Douglas e será dada por:

$$Y = F(K,L) = K^\alpha L^{1-\alpha}, \quad (1)$$

Onde α é um número entre 0 e 1. Essa função possui retornos constantes de escala, isto é, a quantidade de insumos é diretamente proporcional ao trabalho. Nessas condições, as empresas pagam salários, w , e um aluguel, r , em um período. As empresas maximizadoras de lucro resolvem o seguinte problema:

$$\max_{K,L} F(K,L) - rK - wL. \quad (2)$$

$$w = \frac{\partial F}{\partial L} = (1 - \alpha) \frac{Y}{L},$$

$$r = \frac{\partial F}{\partial K} = \alpha \frac{Y}{K}.$$

O produto por trabalhador pode ser encontrado reescrevendo a função de produção (1) em termos de produto por trabalhador, $y = Y/L$, e de capital por trabalhador, $k = K/L$:

$$y = k^\alpha. \quad (3)$$

Essa função indica que com mais capital por trabalhador, as empresas geram mais produto por trabalhador. Entretanto, Jones (2013) afirma que há retornos decrescentes para o capital por trabalhador, ou seja, cada unidade a mais que se dá ao trabalhador, o produto gerado cresce menos em cada vez.

Agora, derivamos o capital por trabalhador:

$$\dot{k} = sy - (n + d)k. \quad (4)$$

A segunda equação fundamental do modelo de Solow descreve como o capital se acumula. Ela é dada por:

$$\dot{K} = sY - dK. \quad (5)$$

Onde K é igual ao capital, s é a taxa de poupança, Y é o produto e d representa a depreciação do capital. A variação do estoque de capital é igual ao investimento bruto menos a depreciação do capital durante o processo produtivo.

De acordo com o modelo de Solow (1956), a economia alcança o estado estacionário quando o investimento se iguala a depreciação, e a quantidade de capital por trabalhador é igual a 0. As equações (3) e (4) nos permitem utilizar essa condição, onde $\dot{k}=0$, para obter as quantidades de capital por trabalhador e produto por trabalhador no estado estacionário. Substituindo (3) em (4) e tornando a equação igual a 0 temos, Jones (2013):

$$k^* = \left(\frac{s}{n + d} \right)^{1/(1-\alpha)}. \quad (6)$$

$$y^* = \left(\frac{s}{n + d} \right)^{\alpha/(1-\alpha)} \quad (7)$$

As equações (6) e (7), de acordo com Jones (2013), revelam a resposta do modelo de Solow a pergunta: “Porque somos tão ricos e eles tão pobres?”, isto é, economias que possuem altas razões poupança/investimento tenderão a ser mais ricos, *ceteris paribus*.

Alguns anos mais tarde, estudos se aprofundaram na teoria de Solow (1956), e um novo modelo foi criado por Gregory Mankiw, David Romer e David Weil, através de um artigo intitulado como “*A Contribution to the Empirics of Economic Growth*”, chamado de Modelo de Solow com Capital Humano. Para Jones (2013), os autores perceberam que o modelo de Solow possuía bom desempenho empírico, e que, quando o capital humano era incluído, esse modelo se comportava de uma forma mais correta, pois assim ele assimilava níveis distintos de qualificação da mão de obra nas diferentes economias.

A função do modelo é do tipo Cobb-Douglas e possui retornos constantes de escala. O produto da economia, Y , é obtido pela combinação de capital físico, K , e de trabalho qualificado H :

$$Y = K^\alpha (AH)^{1-\alpha}, \quad (8)$$

Onde “ A ” é a tecnologia, capaz de aumentar o trabalho, e que cresce a uma taxa exógena, “ g ”. Como admite Jones (2013) nessa economia, as pessoas acumulam capital dedicando tempo ao aprendizado de outras habilidades em vez de trabalhar. A letra “ u ” representa o tempo que as pessoas gastam dedicando tempo ao aprendizado de novas habilidades, e “ L ” a quantidade de trabalho usada na produção. O trabalho qualificado, “ H ”, é representado pela seguinte equação:

$$H = e^{\psi u} L, \quad (9)$$

Observando o valor de H , se este for igual a 0, todo trabalho na economia será não qualificado. Logo, quanto maior o valor de u , maior será o trabalho qualificado. Assim como no modelo de Solow sem capital humano, o capital físico é acumulado investindo-se parte do produto sem consumi-lo:

$$\dot{K} = s_K Y - dK, \quad (10)$$

A função de produção em termos de produto por trabalhador é dada por:

$$y = k^\alpha (Ah)^{1-\alpha}. \quad (11)$$

Dividindo por (Ah) , temos uma nova equação:

$$\tilde{y} = \tilde{k}^\alpha, \quad (12)$$

Para Jones (2013), o modelo é resolvido considerando-se as variáveis estacionárias, que são constantes ao longo de uma trajetória de crescimento. A acumulação de capital pode ser escrita da seguinte forma:

$$\dot{\tilde{k}} = s_K \tilde{y} - (n + g + d)\tilde{k}. \quad (13)$$

Os valores de k e y no estado estacionário são encontrados quando $k=0$, que resulta em:

$$y^*(t) = \left(\frac{s_K}{n + g + d} \right)^{\alpha/(1-\alpha)} hA(t) \quad (14)$$

Onde y é o produto por trabalhador, “ s ” é a taxa de poupança, “ n ” é a taxa de crescimento populacional, “ g ” é a taxa na qual a tecnologia cresce, “ d ” é a depreciação do capital e “ A ” é a tecnologia.

3.3 – Metodologia

Para estimar os dados, utilizaremos o modelo de vetores auto-regressivos (VAR) e o modelo de correção de erros (VEC). Os modelos de vetores auto-regressivos surgiram na década de 80 como resposta às críticas ao grande número de restrições impostas às estimações pelos modelos estruturais. (Relatório de Inflação, Banco Central do Brasil, 2004).

De acordo com Gujarati (2011), o método VAR se assemelha superficialmente à modelagem por equações simultâneas em que devemos considerar diversas variáveis endógenas em conjunto. Cada equação definida pelo VAR é uma regressão por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e cada variável endógena é explicada por seus valores defasados, ou passados, e pelos valores defasados de todas as demais variáveis endógenas do modelo. Entretanto, quanto maior o número de defasagens, menos graus de liberdade há para a estimação. Margarido (2004) articula que para a tomada de decisão sobre o número de defasagens que devem ser aplicadas, utiliza-se critérios AIC (*Akaike Information Criterion*) ou então o SBC (*Schwarz Bayesian Criterion*).

Segundo Sims (1980), se houver verdadeira simultaneidade entre um conjunto de variáveis, todas devem ser tratadas com igualdade; e não se deve ter distinção entre variáveis endógenas e exógenas, o que faz parte da ideia do modelo VAR. Para a aplicação do método de vetores autorregulados, é necessário que a série temporal estudada seja estacionária, ou seja, não apresente tendência ou sazonalidade.

Gujarati (2000), afirma que uma série temporal é estacionária quando sua média e variância forem constantes ao longo do tempo e o valor da covariância entre dois períodos de tempo

depender apenas da distância ou defasagem entre os dois períodos, e não do período de tempo efetivo em que a covariância é calculada.

Harris (1995) definiu um vetor “z”, com n variáveis endógenas potenciais, especificando o seguinte processo gerador para modelar “z” como um vetor autoregressivo sem restrição, envolvendo “k” defasagens de “z”. Logo, o modelo foi representado como:

$$Z_t = A_1 Z_{t-1} + \dots + A_k Z_{t-k} + \phi D_t + U_t$$

Onde Z_t é um vetor de cada elemento, A representa uma matriz de parâmetros e D refere-se aos termos determinísticos, como uma constante ou tendência linear.

A equação do modelo VAR pode ser transformada em um outro modelo chamado de vetor de correção de erro (VEC), sendo utilizado quando as variáveis não são estacionárias em nível, mas se mostram estacionárias em primeira ordem. Margarido (2004) afirma que a principal vantagem de se escrever o sistema em termos do modelo VEC está relacionada ao fato de que, dessa forma, são introduzidas informações tanto de curto quanto de longo prazo via variações em z.

Rocha, Maia e Lima (2000), consideram que o VEC permite erros de curto prazo, entre as variáveis, porém restringe a relação de longo prazo existente entre as variáveis (co-integração). Podemos analisar então, que o teste de co-integração é importante para definir a necessidade de usar o modelo de correção de erros. Os testes mais conhecidos para detectar a co-integração entre séries temporais são: o teste de Engle-Granger (1987) e o teste de Johansen (1988).

O modelo VEC pode ser escrito como:

$$\Delta Z_t = \Gamma_1 \Delta Z_{t-1} + \dots + \Gamma_{k-1} \Delta Z_{t-k+1} + \Pi Z_{t-k} + \Phi D_t + u_t$$

Onde Z_t é um vetor com k variáveis, u_t é um vetor de erro aleatório e D_t é um vetor binário para captar a variação sazonal.

Gujarati (2000) considera como uma virtude do modelo a sua simplicidade, já que considera todas as variáveis como endógenas. Além disso, o método MQO pode ser aplicado separadamente em cada equação. Entretanto, afirma que alguns críticos acreditam que o modelo é um tanto quanto aleatório, porque admite menos informação, e que seu maior desafio é escolher o tamanho da defasagem.

3.4 – Resultados

Conforme Ehlers (2003), uma série temporal é uma coleção de observações feitas sequencialmente ao longo do tempo, sendo que uma característica principal deste tipo de dados é que as observações vizinhas são dependentes, e devemos analisar e modelar esta dependência respeitando a ordem dos dados. Nessa análise, iniciamos investigando se as séries são estacionárias. Para desempenhar esse trabalho, utilizamos o teste Philips-Perron (PP). Os resultados podem ser vistos na tabela 1. A hipótese nula é de que há raiz unitária, isto é, a série não seria estacionária. As variáveis são estacionárias de primeira ordem (acréscimo da letra *d* na nomenclatura da variável para denotar esse procedimento), exceto a variável crédito, que é estacionária em segunda ordem. Dessa forma, excluimos a variável crédito (*cred_t*) do modelo e faremos o VEC para avançar na análise, já que essa modelagem é compatível com variáveis estacionárias de primeira ordem.

Tabela 1: Testes de raiz unitária com tendência e constante		
PP		
Variável	Defasagem	Valor do Teste
<i>pib_t</i>	4	-2.56
<i>dpib_t</i>	4	-9.27***
<i>prev_t</i>	4	-1.94
<i>dprev_t</i>	4	-5.84***
<i>fbkf_t</i>	4	-2.81
<i>dfbkf_t</i>	4	-8.05***
<i>cred_t</i>	4	-2.71
<i>dcred_t</i>	4	-2.68

Fonte: Elaboração própria.

Nota: *** é significativo a 1%, ** a 5% e * a 10%.

É necessário agora obter a defasagem do modelo. Para isso, três critérios foram empregados. O critério de informação de Akaike (AIC), o critério de informação de Schwarz (SC) e o critério de informação de Hannan-Quinn (HQ). A tabela 2 apresenta os resultados. Os critérios apresentaram diferenças, e, dessa forma, optamos por 4 defasagens.

Tabela 2: Critérios de informação			
Defasagem	AIC	HQIC	SBIC
0	9.69	9.70	9.83
1	9.23	9.26	9.81
2	8.85	8.90	9.86
3	8.72	8.79	10.17
4	7.47*	7.57*	9.35*

Fonte: Elaboração própria.

Após definir a defasagem, fizemos o teste de Johansen para verificar se há cointegração entre as variáveis. A tabela 3 apresenta o teste. A hipótese nula é a de que não há integração entre as variáveis. Ela é então rejeitada, pois há relações de longo prazo no modelo.

Tabela 3: Teste de Johansen		
Rank	Estatística	5%
0	45.72	29.68
1	10.38*	15.41
2	4.24	3.76

Fonte: Elaboração própria.

Finalmente, a tabela 4 exibe as estimativas do modelo. As variáveis significativas a 1% foram a previdência social ($prev_t$) e formação bruta de capital fixo ($fbkft$). Os sinais dessas variáveis estão em consonância com o esperado, isto é, o gasto com a previdência social e o investimento em capital físico estão relacionados positivamente com o crescimento do produto.

Tabela 4: Estimativas da cointegração				
Variáveis	Coeficiente	Erro-padrão	Estatística z	p-valor
$prev_t$	0,99***	0,18	5,39	0,00
$fbkft$	0,46***	0,04	9,58	0,00

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados obtidos com a estimação do modelo também reafirmam o que é empiricamente demonstrado no Modelo de Solow (1956), visto na seção 3.2 deste trabalho, no qual a taxa de investimento é diretamente proporcional ao nível de produto dos países, isto é, quanto maior o capital investido (dentre outros fatores), maior será o crescimento da economia.

Segundo Ferreira e França (2004), há uma relação entre infraestrutura e crescimento econômico, no qual o capital em infraestrutura afeta o retorno dos insumos privados e desta forma pode estimular o trabalho, elevando o produto final e aumentando a produtividade dos fatores, que por sua vez, estimula o emprego e o investimento privado.

A relação entre a formação bruta de capital físico e crescimento econômico pode ser um fator a explicar o baixo crescimento econômico brasileiro apresentado nos últimos anos, pois, segundo Puga e Jr (2011), há um consenso que a taxa de investimento brasileira, apesar de avanços recentes, continua baixa, e pode ser observada comparando os anos de 2005 e 2010, em que a taxa subiu de 15,9% para 18,9% do PIB, respectivamente. Comparações internacionais mostram que a taxa brasileira ficou em 17% em 2009, quando a média mundial era de 19,5% do PIB.

Outra comparação importante, feita por Puga e Jr (2011), é tocante quando analisamos países com mesmo grau de desenvolvimento, como a China, Índia e Coréia do Sul, que apresentam taxas de investimento bem superiores, atingindo, respectivamente, 45,6%, 30,8% e 29,3% do PIB.

De tal modo, podemos observar que, o investimento demonstra notável importância para o crescimento do produto; contudo, o Brasil enfrenta dificuldades nesse quesito, ou seja, a taxa de investimento ainda é baixa e há dificuldade para incrementá-la. Como define Raiser (2016), o Brasil possui problemas estruturais de longa data. Este pode ser um deles.

No que se refere a previdência social, observamos que há relação positiva com relação ao PIB. Isso significa que o aumento dos gastos relativos a previdência possuem impacto positivo sobre o produto.

Quando há expansão do PIB, os gastos públicos também tendem a aumentar, como afirma Bastos (2017). Isso pode ser observado, no caso da previdência social, pelo fato de uma maior expansão do PIB acarretar em maior aumento do salário mínimo, e conseqüentemente em maior gasto relacionado aos benefícios atribuídos a previdência. Isso pode se tornar preocupante para um país jovem, como o Brasil, que já gasta com a previdência praticamente a mesma quantidade de países considerados bem mais velhos demograficamente. Através dessa comparação, demonstramos que há necessidade de um cuidado especial para analisar os efeitos ocasionados pela relação produto/previdência em um país com condições iguais as brasileiras.

Além disso, como mostrado na seção 1.4 anteriormente, principalmente na última década, há um vertiginoso salto do gasto previdenciário em relação ao PIB. Portanto, não seria aconselhável nesse caso, incrementar gastos com benefícios previdenciários para alavancar o crescimento da economia brasileira. Isto é, a previdência já representa uma parcela de gasto considerável para as contas públicas do Brasil, e não seria interessante provocar um aumento massivo da mesma, a fim de gerar crescimento forte e sustentado.

Como enfatiza Giambiagi (2007), o Brasil tem regras generosas de aposentadoria e há cada vez mais gente que recebe recursos do Estado, com idades precoces ou tendo feito contribuições escassas. Ainda, conforme o MPAS (2004), em 2001 existiam cerca de 40,7 milhões de pessoas sem vínculo empregatício com a previdência, e isso exige, portanto, uma política de inclusão social e expansão da cobertura previdenciária. Assim, podemos perceber a complexibilidade do gasto previdenciário brasileiro, bem como sua dificuldade de atuação no crescimento do país.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo entender os efeitos do gasto em previdência social sobre o crescimento do produto brasileiro no período compreendido entre 1995 e 2016. Nesse período, o Brasil passou por 3 governos diferentes, e viveu momentos conturbados e momentos de grande avanço econômico, sendo que, em cada um deles, o gasto previdenciário sofreu aumento, muitas vezes, vertiginoso, o que obrigou a gestão governamental adotar novas regras para os benefícios do RGPS e RPPS, respectivamente. Entretanto, essas reformas pareceram surtir quase nenhum ou pouco efeito efetivo, isto é, ainda nos dias atuais a reforma da previdência e o teto de gastos são temas amplamente debatidos e importantes para a estrutura econômica do país.

Para construir a argumentação, utilizamos dados sobre as contas públicas (variação do PIB, saldo da balança comercial, dívida pública/PIB, inflação, taxa de juros, resultado primário, gasto com previdência), além de contextualizar com a nova matriz demográfica brasileira e suas tendências para os próximos anos. Além disso, utilizamos o modelo de Solow (1956) e o VEC para analisar empiricamente o modelo econométrico.

Através do capítulo 1, observamos que após o período de grande expansão da economia ocorrido entre 2004-2008, o Brasil não conseguiu atingir mais este patamar de crescimento, sendo que, principalmente a partir de 2014, entramos em forte recesso econômico, o que deteriorou diversos indicadores, como a dívida pública, taxa de juros, a inflação, o superávit primário, o índice C-Bond, amortização de juros e o saldo da balança comercial. A recessão influenciou ainda mais a preocupação com a necessidade de financiamento da dívida pública e do ajuste fiscal. Vimos que o gasto com a previdência já ultrapassa a casa dos 8,0% do PIB, porcentagem semelhante a de países com maior população idosa. Isto é, constata-se um entrave à economia brasileira.

Verificamos também, no capítulo 2, o processo de mudança na estrutura etária brasileira, intensificada a partir de 1970, caracterizada pela diminuição das taxas de natalidade, ou seja, menos jovens em idade economicamente ativa no mercado de trabalho e contribuindo para previdência, e, ao mesmo tempo, uma taxa decrescente de mortalidade da população, juntamente com o aumento da expectativa de vida. Esses fatores exercerão uma maior demanda de recursos destinados ao INSS, demonstrando a dificuldade atuarial e sustentável da previdência ao longo do tempo.

Empiricamente, o capítulo 3 foi responsável por demonstrar que a literatura acerca do papel do gasto público frente ao crescimento do produto possui frentes divergentes, e que nossa análise deveria ser bastante cautelosa. Os resultados encontrados apontam para uma relação positiva entre o gasto público aplicado na previdência social e o crescimento do PIB brasileiro, entre 1995-2016, período de análise. Além da previdência, a variável formação bruta de capital físico, que pode ser considerada como o investimento, também apresentou sentido positivo para variação do PIB.

Como citado anteriormente, a análise leva em conta fatores distintos, isto é, embora a previdência se mostre insustentável no longo prazo, ela é responsável pelo bem estar da população, e como mostra o estudo econométrico, ela auxilia o aumento do PIB.

Concentrando no que se refere ao crescimento econômico, consideramos que, diante da situação atual do país, um incremento nos gastos previdenciários não seria um tipo de gasto produtivo para o Brasil, isto é, a previdência já possui déficits correntes e dificuldades de financiamento, e por isto, não teria condições de se manter caso o governo proponha regras para atingir um maior número de pessoas aptas a receber os benefícios concedidos por esta. Uma ação como essa poderia ter resultados negativos para a economia em geral, como por exemplo, um aumento da dívida pública.

O investimento, focalizado na formação bruta de capital físico, como visto anteriormente, também se mostrou positivo como instrumento capaz de aumentar o PIB brasileiro. Contudo, através dos dados, vimos que o Brasil ainda possui uma taxa baixa de participação de FBKF na economia, se comparado a países também em desenvolvimento, como a China, Índia e Coréia do Sul, por exemplo. Sugerimos, então, que uma melhor forma de impactar o PIB seria incrementar o investimento.

Admitimos que o presente desequilíbrio no qual se encontra a previdência pode torna-la uma fonte de recursos esgotáveis, já que o rombo vem crescendo ao longo dos anos e as reformas que foram feitas até agora pouco impactaram na contenção dos gastos, seja porque demoraram mais tempo do que deviam para ser feitas, seja porque não atingiram todos os setores que deveriam. Assim, salientamos a necessidade de uma nova reforma a ser proposta, que seja equivalente para todos os contribuintes, a fim de tornar a previdência sustentável e viável para as contas públicas no longo prazo.

Referências Bibliográficas

Giambiagi, Fabio; Barros de Castro, Lavínia; Villela, André; Hermann, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea**. 2ª edição. P. 165-196.

Giambiagi, Fabio; Barros de Castro, Lavínia; Villela, André; Hermann, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea**. 2ª edição. P. 198-233.

Waldeck Ornelas e Solange P. Vieira. **Revista Conjuntura Econômica**. v.53, nº 11 (1999) BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Séries Temporais**. 2014. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?serietemp>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de recuperação automática - Sidra**. 2014. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm>

Contri, André; **Uma Avaliação da economia brasileira no governo Dilma**. 2014;

Bresser-Pereira; **O governo Dilma frente ao tripé macroeconômico e à direita liberal e dependente**; 2013 <disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=5329>>

Bacoccina, Denise; **Média de PIB de Lula chega a 3,6% e supera era FHC**; Revista BBCBrasil; 2007<disponível em:http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/09/070914_pibdb.shtml>

Vasconcelos, Ana; Gomes, Marília; **Transição demográfica: a experiência brasileira**; 2012 < disponível em: http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742012000400003>

Costas, Ruth; **Por que o Brasil parou de crescer?**; 2014 <disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140905_brasil_parou_entenda_ru>

Marchesini, Lucas; Rittner, Daniel; **Balança Comercial fecha 2016 com o maior superávit desde 1980**; 2017; <disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/4823024/balanca-comercial-fecha-2016-com-o-maior-superavit-desde-1980>>

Costanzi, Rogério; **Reforma da Previdência**; 2017 <disponível em: https://www.fearp.usp.br/images/sec_rec/reformadaprevidencia20abrilFEAUSPRP.pdf>

Tasso, Gustavo; **A Previdência vai quebrar o Brasil**; 2015 < disponível em: <http://terracoeeconomico.com.br/a-previdencia-vai-quebrar-o-brasil>>

Miranda, Gabriella; Mendes, Antônio; Silva, Ana; **O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras**; 2016 < disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-98232016000300507&script=sci_arttext&tlng=pt#aff01>

Salto, Felipe; **Dívida bruta do governo alcançará até 93,3% do PIB em 2024, estima IFI**; 2017 <disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/09/08/divida-bruta-do-governo-alcancara-ate-93-3-do-pib-em-2024-estima-ifi>>

Meirelles, Henrique; Oliveira, Diogo Henrique; **PEC 241**; 2016

Salto, Felipe; **Os quatro problemas da PEC do Teto**; 2016 <disponível em: <http://itv.org.br/pensando-o-brasil/economia/os-quatro-problemas-da-pec-do-teto>>

Júnior, José Oswaldo Cândido: **Os Gastos no Brasil são Produtivos?**; 2001 <disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/77/88>>

Marinho, Emerson; Linhares, Fabrício; Campelo, Guaracyane; **Os Programas de Transferência de Renda do Governo Impactam a Pobreza do Brasil?**; 2011

Rodrigues, Rodrigo; Teixeira, Erly; **Gasto Público e Crescimento Econômico no Brasil: Uma Análise Comparativa dos Gastos das Esferas do Governo**; 2010

Tochetto, Daniela; Ribeiro, Eduardo; Comim, Flávio; Junior, Sabino. **Crescimento Pró-Pobre no Brasil: Uma Análise Exploratória**; 2004

Alesina, Alberto; Perotti, Roberto; **Fiscal Expansions and Fiscal Adjustment In OECD Countries**; 1995

Jones, Charles; **Introdução a Teoria do Crescimento Econômico**; 2013.

Gujarati, Damodar; **Econometria Básica**; 5ª edição; 2000.

Vetores Auto Regressivos, Relatório de Inflação, Banco Central do Brasil, Brasília, v. 6 n. 2 jun 2004 P. 1 – 157. <disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2004/06/ri200406b8p.pdf>>

Técnicas de Pesquisa em Economia - PUC-Rio, Aula 8 e 9 Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Ehlers, Ricardo S. **Análise de Séries Temporais**; 2003 <disponível em: <http://www.each.usp.br/rvicente/AnaliseDeSeriesTemporais.pdf>>

Puga, Fernando; Jr, Gilberto B; **Bens de Capital devem manter o peso na taxa de investimento**; nº 95. 2011

Raiser, Martin; **Para sustentar conquistas, Brasil precisa enfrentar problemas estruturais de longa data**; 2016 < disponível em: <https://nacoesunidas.org/artigo-para-sustentar-conquistas-brasil-precisa-enfrentar-problemas-estruturais-de-longa-data/>>